

Aula 00

*Prefeitura de Rolim de Moura-RO
(Auditor Interno) Normas Brasileiras de
Contabilidade (NBC) - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
Gilmar Possati

16 de Outubro de 2024

Índice

1) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Teoria	3
2) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Questões Comentadas	45
3) Lista de Questões - CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	95



APRESENTAÇÃO

Pessoal, a Estrutura Conceitual (CPC 00) é um dos Pronunciamentos mais exigidos em concursos. Logo, não podemos jamais ir para uma prova de Contabilidade Geral sem saber alguns detalhes. Mas, afinal, o que a Estrutura Conceitual aborda?

A Estrutura Conceitual disposta no CPC 00 (R2) aborda:

- *o objetivo do relatório contábil-financeiro para fins gerais (capítulo 1);*
- *as características qualitativas de informações financeiras úteis (capítulo 2);*
- *as demonstrações contábeis e a entidade que reporta (capítulo 3);*
- *os elementos das demonstrações contábeis (capítulo 4);*
- *o reconhecimento e desreconhecimento (capítulo 5);*
- *a mensuração (capítulo 6);*
- *a apresentação e divulgação (capítulo 7);*
- *os conceitos de capital e de manutenção de capital (capítulo 8).*

A seguir veremos cada um desses pontos, destacando aquilo que mais é exigido em concurso.

Cabe destacar que a partir de 2020 entrou em vigência a revisão 2 do CPC 00, o qual em essência manteve as disposições da revisão 1 e ampliou alguns detalhes... logo, como se trata de alterações recentes precisamos mais do que nunca estarmos alertas a esses detalhes. Mas, fica na paz que essa tarefa de identificar o que mais importa ficou comigo aqui e nas próximas páginas você terá tudo o que precisa para realizar uma excelente prova em termos de CPC 00.



ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

A Estrutura Conceitual (EC) **não é um pronunciamento propriamente dito**. Nada contido na Estrutura Conceitual se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento.

Nesse ponto, no âmbito da revisão 1, tínhamos expressamente que em caso de conflito entre a Estrutura Conceitual e outro Pronunciamento Contábil, prevaleceria o CPC específico.

Nessa nova revisão, temos o seguinte:

Para atingir o objetivo de relatório financeiro, para fins gerais, o IASB* pode algumas vezes especificar requisitos que divergem de aspectos desta Estrutura Conceitual. Se isso for feito, ele explicará a divergência na Base para Conclusões em tal pronunciamento.

* *International Accounting Standards Board* – IASB é a organização internacional sem fins lucrativos que publica e atualiza as *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, as "Normas Internacionais de Contabilidade", as quais são traduzidas em nosso país pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Veja que não existe mais expressamente que em caso de conflito prevalece a norma específica, mas em essência entendemos que se trata de uma premissa ainda válida, mas que não mais será explorada de forma literal em prova como antes costumava ser.

A finalidade da Estrutura Conceitual é:

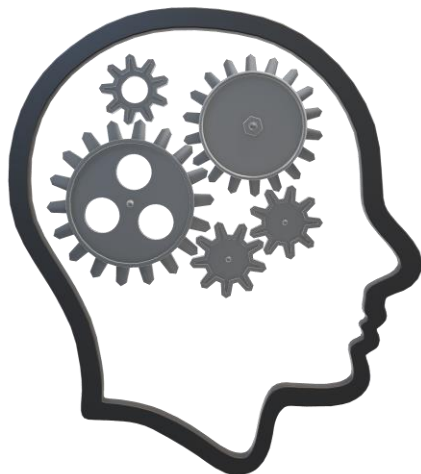
- a) **auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais** de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;
- b) **auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes** quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil; e
- c) **auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.**

Além disso, a Estrutura Conceitual estabelece a base para pronunciamentos que:

- a) **contribuem para a transparência** ao melhorar a **comparabilidade internacional** e a qualidade de informações financeiras, permitindo que os investidores e outros participantes do mercado tomem decisões econômicas fundamentadas;
- b) **reforçam a prestação de contas**, reduzindo a lacuna de informações entre os provedores de capital e as pessoas a quem confiaram o seu dinheiro. Os pronunciamentos baseados nesta Estrutura Conceitual fornecem informações necessárias para **responsabilizar a administração**. Como fonte de informações mundialmente comparáveis, esses Pronunciamentos também são de vital importância para os **reguladores** em todo o mundo;
- c) **contribuem para a eficiência econômica**, ajudando os investidores a identificar oportunidades e riscos em todo o mundo, melhorando assim a alocação de capital. Para os negócios, o uso de uma linguagem de contabilidade única e confiável derivada dos Pronunciamentos com base nesta Estrutura Conceitual **diminui o custo do capital e reduz os custos de relatórios internacionais**.



Finalidades da Estrutura Conceitual



- ✓ Auxiliar o **desenvolvimento das Normas** Internacionais de Contabilidade;
- ✓ Auxiliar os responsáveis pela **elaboração** (preparadores) **dos relatórios financeiros** a desenvolver políticas contábeis consistentes
- ✓ Auxiliar todos as partes a **entender e interpretar** os Pronunciamentos;
- ✓ Contribuir para a **transparência** ao melhorar a **comparabilidade** internacional e a qualidade de informações financeiras;
- ✓ Reforçar a **prestação de contas**; fornecer informações para **responsabilizar** a administração; fornecer informações para os **reguladores**;
- ✓ Contribuir para a **eficiência econômica**; **diminuir o custo de capital** e **reduzir os custos de relatórios** internacionais.

OBJETIVOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Segundo a Estrutura Conceitual, o objetivo do relatório financeiro para fins gerais é **fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.**

Essas decisões envolvem decisões sobre:

- a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;
- b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou
- c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

Muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Consequentemente, **eles são os principais usuários aos quais se destinam os relatórios financeiros para fins gerais.**

Contudo, a EC ressalta que relatórios financeiros para fins gerais **não fornecem nem podem fornecer todas as informações** de que necessitam investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.

Além disso, a EC ressalta que relatórios financeiros para fins gerais **não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta**, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.

A administração da entidade que reporta também está interessada em informações financeiras sobre a entidade. Contudo, a administração não precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais, pois ela pode obter internamente as informações financeiras de que precisa.

Outras partes, como reguladores e o público em geral, que não investidores, credores por empréstimos e outros credores, podem também considerar relatórios financeiros para fins gerais úteis. Contudo, esses relatórios não são direcionados essencialmente a esses outros grupos.

De forma esquemática, o que você deve saber nesse ponto é o seguinte:





Relatórios Financeiros para Fins Gerais (Demonstrações Contábeis) objetivam...



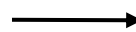
FORNECER INFORMAÇÕES financeiras sobre a entidade que reporta que sejam **ÚTEIS** para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na **TOMADA DE DECISÕES** referente à oferta de recursos à entidade.

NÃO fornecem nem podem fornecer todas as informações;
NÃO se destinam a fornecer o valor da entidade que reporta;
NÃO são direcionados a outros grupos (usuários "secundários").

Usuários dos Relatórios Financeiros (CPC 00 R2)

- Investidores
- credores por empréstimos
- Outros credores

existentes e potenciais



usuários principais

- "Outras partes"
 - Reguladores
 - Público em geral
 - Administração
 - (...)



usuários "secundários"

Vamos ver como isso já foi exigido em prova?





(DPU) Os relatórios contábil-financeiros de propósitos gerais não são os instrumentos que atendem a todas as informações de que os usuários externos — investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial — necessitam.

Comentários

Conforme vimos acima, **relatórios financeiros para fins gerais não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais**. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.

Observação: o texto da questão tomou como base a revisão 1 do CPC 00, mas em essência veja que esse ponto não foi alterado.

Gabarito: Certo

A EC destaca que os relatórios financeiros, para fins gerais, fornecem **informações sobre a posição financeira da entidade** que reporta, as quais consistem em informações sobre os **recursos econômicos** da entidade e as **reivindicações** contra a entidade que reporta.

Os relatórios financeiros fornecem ainda informações sobre os **efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos e reivindicações da entidade** que reporta. Ambos os tipos de informações fornecem dados úteis para decisões referentes à oferta de recursos à entidade.

Essas informações sobre os recursos econômicos e reivindicações podem auxiliar os usuários a:

- identificar os **pontos fortes e fracos financeiros** da entidade que reporta;
- avaliar a **liquidez e solvência** da entidade que reporta;
- avaliar suas **necessidades de financiamento** adicional e a sua probabilidade de êxito na obtenção desse financiamento;
- avaliar a **gestão de recursos da administração** sobre os recursos econômicos da entidade;
- **prever como futuros fluxos de caixa serão distribuídos** entre aqueles que tiverem reivindicações contra a entidade que reporta.

Nesse capítulo, a EC reforça que **o regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente**. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período.



CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ÚTEIS

As características qualitativas de informações financeiras úteis identificam os tipos de informações que tendem a ser mais úteis a investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, para que tomem decisões sobre a entidade que reporta com base nas informações financeiras.

A Estrutura Conceitual segrega as características qualitativas em dois grupos, a saber: **fundamentais e de melhoria**.

Nos termos da Estrutura Conceitual,

Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

Vamos estudar de forma detalhada cada uma das características.

Características Qualitativas Fundamentais

As características qualitativas fundamentais são **relevância** e **representação fidedigna**.

Relevância

Informações financeiras relevantes **são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários**. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes.

E o que é considerado como “capaz de fazer a diferença nas decisões”?

Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem **valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos**. E o que significa valor preditivo e confirmatório?

Valor Preditivo: informações financeiras têm valor preditivo se **podem ser utilizadas** como informações em processos empregados pelos usuários **para prever resultados futuros**. Informações financeiras não precisam ser previsões ou prognósticos para ter valor preditivo. Informações financeiras com valor preditivo são empregadas por usuários ao fazer suas próprias previsões.

Valor Confirmatório: Informações financeiras têm valor confirmatório se **fornecem *feedback* sobre (confirmam ou alteram) avaliações anteriores**.

Cabe destacar que o valor preditivo e o valor confirmatório das informações financeiras estão inter-relacionados. Informações que possuem valor preditivo frequentemente possuem também valor confirmatório. Por exemplo, informações sobre receitas para o ano corrente, que podem ser utilizadas como base para prever receitas em anos futuros, também podem ser comparadas a previsões de receitas para o ano corrente que tenham sido feitas em anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem ajudar o usuário a corrigir e a melhorar os processos que foram utilizados para fazer essas previsões anteriores.

Segundo a Estrutura Conceitual, **a materialidade é um aspecto da relevância:**



A informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta. Em outras palavras, materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual. Conseqüentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica.

Representação fidedigna

Segundo o CPC 00, relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números.

Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. Se não forem as mesmas, **fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico**. Trata-se da **Primazia da Essência sobre a Forma**, postulado básico aplicável no reconhecimento, mensuração e evidenciação das informações contábeis.

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é **completa, neutra e isenta de erros**.

O CPC 00 destaca que a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.

A **representação completa** inclui todas as informações necessárias para que o usuário compreenda os fenômenos que estão sendo representados, inclusive todas as descrições e explicações necessárias. Por exemplo, a representação completa de grupo de ativos inclui, no mínimo, a descrição da natureza dos ativos do grupo, a representação numérica de todos os ativos do grupo e a descrição daquilo que a representação numérica retrata (por exemplo, custo histórico ou valor justo). Para alguns itens, uma representação completa pode envolver também explicações de fatos significativos sobre a qualidade e natureza do item, fatores e circunstâncias que podem afetar sua qualidade e natureza e o processo utilizado para determinar a representação numérica.

A **representação neutra** não é tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras. A representação neutra não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras serão recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários. Informações neutras não significam informações sem nenhum propósito ou sem nenhuma influência sobre o comportamento. Ao contrário, informações financeiras relevantes são, por definição, capazes de fazer diferença nas decisões dos usuários.

O CPC 00 destaca que a **neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência**. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados.

Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas. Essas divulgações distorcidas podem levar à superavaliação ou subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.



Por fim, o CPC 00 destaca que o exercício de prudência não implica necessidade de assimetria, por exemplo, a necessidade sistemática de evidência mais convincente para dar suporte ao reconhecimento de ativos ou receitas do que ao reconhecimento de passivos ou despesas.



Nesse ponto da Estrutura Conceitual temos a “ressurreição” da Prudência. Na revisão passada, a prudência havia sido retirada por ser inconsistente com a neutralidade, atributo da representação fidedigna. Agora, temos que a **“neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência”**. Fique alerta!

Representação fidedigna não significa representação precisa em todos os aspectos. Livre de erros significa que não há erros ou omissões na descrição do fenômeno e que o processo utilizado para produzir as informações apresentadas foi selecionado e aplicado sem erros no processo. Nesse contexto, livre de erros não significa perfeitamente precisa em todos os aspectos. Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser determinada como precisa ou imprecisa. Contudo, a representação dessa estimativa pode ser fidedigna se o valor for descrito de forma clara e precisa como sendo a estimativa, se a natureza e as limitações do processo de estimativa forem explicadas e se nenhum erro tiver sido cometido na escolha e na aplicação do processo apropriado para o desenvolvimento da estimativa.

Quando valores monetários em relatórios financeiros não puderem ser observados diretamente e, em vez disso, devem ser estimados, surge incerteza na mensuração. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e não prejudica a utilidade das informações se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa. Mesmo um elevado nível de incerteza na mensuração não impede necessariamente essa estimativa de fornecer informações úteis.

Características Qualitativas de Melhoria

As características qualitativas de melhoria são: **comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade**. Segundo a Estrutura Conceitual,

Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade de informações que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar.

As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno.

Comparabilidade

As decisões dos usuários envolvem escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter o investimento, ou investir em uma ou outra entidade que reporta. Consequentemente, informações sobre a entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a informações similares sobre outras entidades e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data.



Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. A comparação exige, no mínimo, dois itens.



Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo.

Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.

Comparabilidade não é uniformidade. Para que informações sejam comparáveis, coisas similares devem parecer similares e coisas diferentes devem parecer diferentes. A comparabilidade de informações financeiras não é aumentada fazendo-se que coisas diferentes pareçam similares, tanto quanto se fazendo que coisas similares pareçam diferentes.

É provável que se atinja certo grau de comparabilidade ao se satisfazer às características qualitativas fundamentais. A representação fidedigna de um fenômeno econômico relevante deve naturalmente possuir certo grau de comparabilidade com a representação fidedigna de fenômeno econômico relevante similar por outra entidade que reporta.

Embora um único fenômeno econômico possa ser representado de forma fidedigna de diversas formas, **permitir métodos contábeis alternativos para o mesmo fenômeno econômico diminui a comparabilidade.**

Capacidade de Verificação (Verificabilidade)

Segundo o CPC 00 (R2), a capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que **diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.** Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.

A verificação pode ser direta ou indireta. Verificação direta significa verificar um montante ou outra representação por meio de observação direta, como, por exemplo, por meio da contagem de caixa. Verificação indireta significa checar os dados de entrada do modelo, fórmula ou outra técnica e recalcular os resultados obtidos por meio da aplicação da mesma metodologia. Um exemplo é a verificação do valor contábil dos estoques por meio da checagem dos dados de entrada (quantidades e custos) e por meio do recálculo do saldo final dos estoques utilizando a mesma premissa adotada no fluxo do custo (por exemplo, utilizando o método PEPS).



Tempestividade

Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. De modo geral, quanto mais antiga a informação, menos útil ela é. Contudo, algumas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo após o final do período de relatório porque, por exemplo, alguns usuários podem precisar identificar e avaliar tendências.

Compreensibilidade

Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo **claro** e **conciso** as torna compreensíveis.

Alguns fenômenos são inerentemente complexos e pode não ser possível tornar a sua compreensão fácil. Excluir informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

Relatórios financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável das atividades comerciais e econômicas e que revisam e analisam as informações de modo diligente. Algumas vezes, mesmo usuários bem informados e diligentes podem precisar buscar o auxílio de consultor para compreender informações sobre fenômenos econômicos complexos. Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

Veja como o assunto já foi exigido!



(TRE-MS) De acordo com o pronunciamento conceitual básico, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira útil são

- a) confiabilidade e representação fidedigna.
- b) confiabilidade e tempestividade.
- c) relevância e confiabilidade.
- d) relevância e representação fidedigna.
- e) comparabilidade e confiabilidade.

Comentários

Segundo o CPC 00, as características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna.

Cabe destacar que a característica qualitativa “confiabilidade” passou, com a primeira revisão ocorrida na Estrutura Conceitual, a ser denominada de “representação fidedigna”. Perceba que se o candidato soubesse apenas essa informação acertava a questão, pois todas as opções, exceto o gabarito, apresentam essa característica.

Gabarito: D

(Exame de Suficiência CFC) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, as características qualitativas são atributos que tornam as demonstrações contábil-financeiras úteis para seus usuários. Assinale a opção que apresenta as Características Qualitativas de Melhoria.



- a) comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.
- b) compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.
- c) relevância, materialidade, comparabilidade e compreensibilidade.
- d) tempestividade, confiabilidade, relevância e comparabilidade.

Comentários

Questão bem tranquila. Trata-se de um conhecimento básico. Não podemos ir para uma prova de Contabilidade sem saber as características qualitativas previstas na Estrutura Conceitual. Lembre-se:

As características qualitativas de melhoria são: **comparabilidade, capacidade de verificação (verificabilidade), tempestividade e compreensibilidade.**

Gabarito: A

(SP-Urbanismo) De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não só tem que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno a que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Portanto, ela tem que ser

- a) completa, neutra e livre de erro.
- b) completa, tempestiva e monitorada.
- c) imparcial, transparente e livre de erro e fraude.
- d) competente, descritiva e neutra.
- e) transparente, equável e favorável.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, para ser útil, para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é **completa, neutra e isenta de erros.**

A representação completa inclui todas as informações necessárias para que o usuário compreenda os fenômenos que estão sendo representados, inclusive todas as descrições e explicações necessárias.

A representação neutra não é tendenciosa na seleção ou na apresentação de informações financeiras. A representação neutra não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras serão recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários.

Representação fidedigna não significa representação precisa em todos os aspectos. Livre de erros significa que não há erros ou omissões na descrição do fenômeno e que o processo utilizado para produzir as informações apresentadas foi selecionado e aplicado sem erros no processo.

Gabarito: A

(Correios) A fim de viabilizar a compreensão das demonstrações pelo gestor e demais usuários da informação contábil, deve-se evitar ou mesmo excluir, das demonstrações contábeis, as informações de elevada complexidade.

Conforme estudamos, a Estrutura Conceitual informa que a exclusão de informações de elevada complexidade torna os relatórios incompletos e potencialmente distorcidos.



Gabarito: Errado

O CPC 00 informa que as características qualitativas de melhoria devem ser maximizadas tanto quanto possível. Contudo, as características qualitativas de melhoria, seja individualmente ou como grupo, não podem tornar informações úteis se essas informações forem irrelevantes ou não fornecerem representação fidedigna do que pretendem representar.

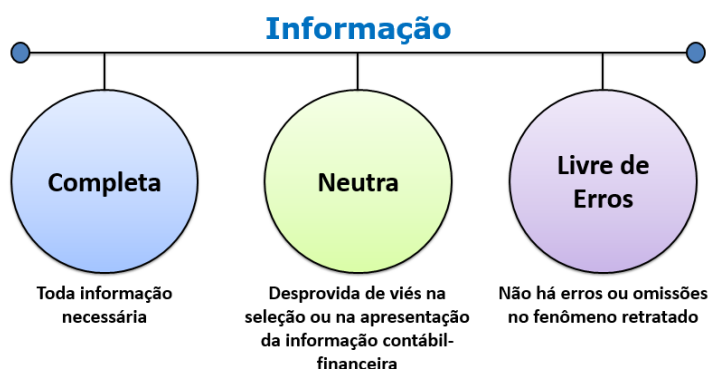
A aplicação das características qualitativas de melhoria é um processo iterativo que não segue uma ordem prescrita. Algumas vezes, a característica qualitativa de melhoria pode ter de ser diminuída para maximizar outra característica qualitativa de melhoria. Por exemplo, a redução temporária na comparabilidade como resultado da aplicação prospectiva de novo pronunciamento pode ser vantajosa para aumentar a relevância ou a representação fidedigna em longo prazo. Divulgações apropriadas podem compensar parcialmente a não comparabilidade.

De forma esquemática, o que você deve saber é o seguinte:

Características Qualitativas Fundamentais

Característica	Conceito
Relevância	Informação financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Devem possuir valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos.
Representação Fidedigna	Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro (isenta de erros).

Representação Fidedigna



Características Qualitativas de Melhoria

Característica	Conceito
Comparabilidade	Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
Capacidade de Verificação	Significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso , embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.
Tempestividade	Significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. Quanto mais antiga a informação, menos útil ela é.



Característica	Conceito
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.

Restrições do Custo sobre relatórios financeiros úteis

Segundo o CPC 00, **o custo é uma restrição generalizada sobre as informações que podem ser fornecidas pelo relatório financeiro**. O relatório de informações financeiras impõe custos, e é importante que esses custos sejam justificados pelos benefícios de apresentar essas informações. Há vários tipos de custos e benefícios a serem considerados.

A Estrutura Conceitual informa que os custos são impostos tanto aos fornecedores de informações como também aos usuários, senão vejamos:

Fornecedores de informações financeiras: gastam a maior parte dos esforços envolvidos na coleta, processamento, verificação e disseminação de informações financeiras, mas, em última instância, os usuários arcam com esses custos na forma de retornos reduzidos.

Usuários de informações financeiras: podem também incorrer em custos de análise e interpretação das informações fornecidas. Se as informações necessárias não são fornecidas, os usuários incorrem em custos adicionais para obter essas informações em qualquer outra parte ou para estimá-las.

Ao aplicar a restrição de custo, deve-se avaliar se é provável que os benefícios do relatório de informações específicas justificam os custos incorridos para fornecer e utilizar essas informações.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A ENTIDADE QUE REPORTA

Objetivo e Alcance das Demonstrações Contábeis

Nos termos do CPC 00, as demonstrações contábeis fornecem informações sobre:

- recursos econômicos da entidade que reporta;
- reivindicações contra a entidade e alterações nesses recursos; e
- reivindicações que atendem às definições dos elementos das demonstrações contábeis.

Nesse sentido, o objetivo das demonstrações contábeis é **fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis** na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade que reporta e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

O CPC 00 informa que essas informações são fornecidas:

- a) no balanço patrimonial, ao reconhecer ativos, passivos e patrimônio líquido;
- b) na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente, ao reconhecer receitas e despesas; e
- c) em outras demonstrações e notas explicativas

Período de Relatório

Segundo o CPC 00 (R2), as demonstrações contábeis são elaboradas para um **período de tempo específico (período de relatório)** e fornecem informações sobre:

- a) ativos e passivos – incluindo ativos e passivos não reconhecidos – e patrimônio líquido que existiam no final do período de relatório, ou durante o período de relatório; e
- b) receitas e despesas para o período de relatório.

Observe que a EC não define um período a ser aplicado. Trata-se de algo que deve ser definido pela entidade. Como regra geral, as entidades, especialmente as listadas no mercado de capitais, elaboram suas demonstrações intermediárias (como regra, trimestralmente) e as suas demonstrações anuais.

A EC destaca que as demonstrações contábeis fornecem informações sobre transações e outros eventos observados do ponto de vista da entidade que reporta como um todo e, não, do ponto de vista de qualquer grupo específico de investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes ou potenciais, da entidade.

Premissa de continuidade operacional

Na revisão 1 do CPC 00 tínhamos como “premissa subjacente” a continuidade. Esse termo não mais está mais previsto no CPC 00 (R2), mas em essência nada mudou, senão vejamos:

As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar



em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada.



(CAGE-RS) Assinale a opção que apresenta a premissa subjacente para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual.

- a) relevância
- b) tempestividade
- c) essência econômica sobre a forma jurídica
- d) representação fidedigna
- e) continuidade

Comentários

A questão trata da premissa da continuidade operacional. Nos termos da EC, as demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar.

Gabarito: E



Entidade que reporta

Nos termos da EC, a entidade que reporta é a entidade que é obrigada a, ou decide, elaborar demonstrações contábeis. A entidade que reporta pode ser uma única entidade ou parte da entidade ou pode compreender mais de uma entidade. Uma entidade que reporta não é necessariamente uma entidade legal.

A EC destaca que às vezes, a entidade (controladora) tem o controle sobre outra entidade (controlada). Assim, a EC nos retorna três situações:

Situação 1: *a entidade que reporta compreende tanto a controladora como suas controladas*

As demonstrações contábeis da entidade que reporta são denominadas “demonstrações contábeis consolidadas”.

Situação 2: *a entidade que reporta é apenas a controladora*

As demonstrações contábeis da entidade que reporta são denominadas “demonstrações contábeis não consolidadas”.

Situação 3: *a entidade que reporta compreende duas ou mais entidades que não são todas vinculadas pelo relacionamento controladora-controlada*

As demonstrações contábeis da entidade que reporta são denominadas “demonstrações contábeis combinadas”.

Demonstrações contábeis consolidadas e não consolidadas

Segundo a EC, as demonstrações contábeis consolidadas fornecem informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas tanto da controladora como de suas controladas como uma única entidade que reporta.

Demonstrações contábeis consolidadas não se destinam a fornecer informações separadas sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas de qualquer controlada específica. As demonstrações contábeis próprias da controlada destinam-se a fornecer essas informações.

Demonstrações contábeis não consolidadas destinam-se a fornecer informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da controladora e, não, sobre aquelas de suas controladas.

A EC destaca que as informações fornecidas nas demonstrações contábeis não consolidadas normalmente não são suficientes para atender às necessidades de informações de investidores, mutuante e outros credores, existentes e potenciais, da controladora. Consequentemente, quando demonstrações contábeis consolidadas são requeridas, demonstrações contábeis não consolidadas não podem substituir demonstrações contábeis consolidadas.



ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os elementos das demonstrações contábeis definidos nesta Estrutura Conceitual são:

- ativos, passivos e patrimônio líquido**, que se referem à **posição financeira** da entidade que reporta; e
- receitas e despesas**, que se referem ao **desempenho financeiro** da entidade que reporta.

Esses elementos estão vinculados aos recursos econômicos, reivindicações e mudanças em recursos econômicos e reivindicações.

Vamos estudar objetivamente cada uma das definições desses elementos.

Ativo

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

De forma esquemática, o que você deve saber é o seguinte:



Pessoal, essa definição possui três termos que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: **produzir benefício econômico futuro**, **ser controlado pela entidade** e ser **resultante de um evento ocorrido no passado**. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir as três condições em conjunto. Passemos à análise de cada um dos elementos que compõem a definição de ativo.

Direito: direitos que têm o potencial de produzir benefícios econômicos assumem muitas formas, incluindo:

- direitos que correspondem à obrigação de outra parte (direitos de receber caixa, direitos de receber produtos ou serviços, entre outros).
- direitos que não correspondem à obrigação de outra parte (direitos sobre bens corpóreos, direitos de utilizar propriedade intelectual).

A EC destaca que nem todos os direitos da entidade são ativos dessa entidade – para serem ativos da entidade, os direitos devem ter tanto o potencial de produzir para a entidade benefícios econômicos além daqueles disponíveis para todas as outras partes como serem controlados pela entidade. Por exemplo, direitos disponíveis para todas as partes sem custo significativo – como direitos de acesso a bens públicos,



tais como direitos públicos de passagem, ou *know-how* que seja de domínio público – normalmente não são ativos para as entidades que os detêm.

Imagine que a empresa tenha uma duplicata a receber resultante de uma venda a prazo. Caso o cliente esteja falido, essa duplicata é somente um papel sem possibilidade de obter benefício futuro. Portanto, nesse caso, essa duplicata não é um ativo.

Outro exemplo seria o caso de uma máquina sem nenhuma perspectiva de uso por parte da entidade e sem possibilidade de ter um comprador. Perceba que, nesse caso, essa máquina não pode ser considerada como um ativo, pois não há possibilidade de obter benefício econômico futuro.

Portanto, caro estudante, perceba que a condição de algo ser “bens e direitos” não garante, por si só, que seja um ativo. Os exemplos acima mostram situações em que existe um bem e o mesmo não pode ser considerado um ativo.

A EC informa, ainda, que a entidade não pode ter direito de obter benefícios econômicos de si mesma. Logo, os instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais emitidos pela entidade e recomprados e detidos por ela – por exemplo, ações em tesouraria – não são recursos econômicos dessa entidade.

Potencial de produzir benefícios econômicos: para que esse potencial exista, não precisa ser certo, ou mesmo provável, que esse direito produzirá benefícios econômicos. É necessário somente que o direito já exista e que, em pelo menos uma circunstância, produzirá para a entidade benefícios econômicos além daqueles disponíveis para todas as outras partes.

A EC destaca que um direito pode ser um ativo, mesmo se a probabilidade de que produzirá benefícios econômicos for baixa.

Controle: o controle vincula um recurso econômico à entidade. Segundo a EC, a entidade controla um recurso econômico se ela tem a capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e obter os benefícios econômicos que podem fluir dele. Controle inclui a capacidade presente de impedir outras partes de direcionar o uso do recurso econômico e de obter os benefícios econômicos que podem fluir dele. Ocorre que, se uma parte controla um recurso econômico, nenhuma outra parte controla esse recurso.

Perceba que a definição não utiliza o termo propriedade, desvinculando a parte legal da econômica. Trata-se da essência sobre a forma. O exemplo clássico citado pela doutrina é o arrendamento financeiro, em que os bens pertencem ao arrendador, porém ficam sob controle do arrendatário, devendo, portanto, serem contabilizados como ativo pelo arrendatário.

Resultado de eventos passados: o ativo é resultado de um evento já ocorrido. A presença desse termo evita a inclusão dos denominados ativos contingentes como ativo da entidade. Imagine um imóvel que a empresa ainda não adquiriu. Nesse caso, esse recurso ainda não pode ser considerado um ativo, haja vista que ainda não ocorreu a compra do imóvel, mesmo que já esteja aprovado no orçamento.

Veja como o assunto já foi exigido!



(AFT) Créditos incobráveis e estoques de medicamentos vencidos não representam ativos.

Comentários



Tanto os créditos incobráveis como os estoques de medicamentos vencidos não possuem a capacidade de gerar benefícios econômicos e, portanto, não podem ser considerados ativos.

Gabarito: Certo

(AL-BA) Em relação aos ativos de uma entidade, assinale a afirmativa correta.

- a) São representados por todos os bens e direitos da entidade.
- b) A mensuração a valor de mercado é proibida.
- c) A entidade deve ter a posse para reconhecê-los.
- d) Os ativos representam a origem de recursos próprios da entidade.
- e) A entidade deve ter a expectativa de que eles irão trazer benefícios futuros para ela.

Comentários

- a. **Errado.** Nem todos os bens e direitos são considerados ativos.
- b. **Errado.** A EC permite o uso do valor de mercado.
- c. **Errado.** A entidade deve ter o controle, a propriedade não é essencial. O que deve prevalecer é a essência, ou seja, se a entidade possui o controle e os riscos associados ao elemento patrimonial e esse elemento possui os requisitos para reconhecimento, deve ser reconhecido como ativo da entidade, mesmo sem ter a propriedade desse ativo. O exemplo clássico dessa situação são os bens adquiridos por meio de arrendamento mercantil financeiro.
- d. **Errado.** O ativo representa aplicação de recursos da entidade, assim como as despesas. O passivo e as receitas representam as origens de recursos.
- e. **Certo.** A expectativa de geração de futuros benefícios econômicos é uma das características essenciais para que um elemento se enquadre como ativo, conforme definição acima descrita.

Gabarito: E

(Pref. SJC-SP) A Estrutura Conceitual da Contabilidade define-o como um recurso controlado pela entidade, decorrente do resultado de eventos passados, e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. A Estrutura está se referindo ao

- a) Ativo. b) Passivo. c) Resultado Abrangente. d) Resultado do Exercício. e) Patrimônio Líquido.

Comentários

Para fixar! Segundo a Estrutura Conceitual,

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

Gabarito: A

Com isso fechamos o básico que você deve saber sobre a definição de ativo exposta na Estrutura Conceitual (R2). Vamos agora estudar a definição de passivo.



Passivo

PASSIVO é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Segundo a EC, para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

- a) a entidade tem uma obrigação;
- b) a obrigação é de transferir um recurso econômico; e
- c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados;

Portanto, algo só pode ser considerado passivo quando cumprir as três condições em conjunto. Sendo assim, passemos à análise de cada um dos elementos que compõem a definição de passivo.

Vamos ver os detalhes desses critérios importantes para a sua prova:

A entidade tem uma obrigação

Obrigação: segundo a EC, a obrigação é o dever ou responsabilidade que a entidade não tem a capacidade prática de evitar. A obrigação é sempre devida à outra parte (ou partes). A outra parte (ou partes) pode ser uma pessoa ou outra entidade, grupo de pessoas ou outras entidades, ou a sociedade em geral. Não é necessário conhecer a identidade da parte (ou partes) para quem a obrigação é devida.

As obrigações basicamente podem ser de dois tipos: legais (formalizadas) ou não legalmente formalizadas. Veja o que dispõe a EC:

Muitas obrigações são estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares e são legalmente exigíveis pela parte (ou partes) para quem são devidas. Obrigações também podem resultar, contudo, de práticas usuais, políticas publicadas ou declarações específicas da entidade se a entidade não tem capacidade prática de agir de modo inconsistente com essas práticas, políticas ou declarações. A obrigação que surge nessas situações é denominada, às vezes, “obrigação presumida”.

Assim, temos:

Obrigação legal (formalizada): são estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares e são legalmente exigíveis pela parte (ou partes) para quem são devidas.

Obrigação não legalmente formalizada (presumida): resultam de práticas usuais, políticas publicadas ou declarações específicas da entidade (quando a entidade não possui alternativa a não ser cumprir com essas obrigações).

Transferência de recurso econômico

Segundo a EC, para satisfazer a esse critério, **a obrigação deve ter o potencial de exigir que a entidade transfira um recurso econômico para outra parte** (ou partes). Para que esse potencial exista, não é necessário que seja certo, ou mesmo provável, que a entidade será obrigada a transferir um recurso econômico – a transferência pode, por exemplo, ser obrigada somente se ocorrer evento futuro incerto especificado. É necessário somente que a obrigação já exista e que, em pelo menos uma circunstância, exigirá que a entidade transfira um recurso econômico.



A EC destaca que a obrigação pode atender à definição de passivo, mesmo se a probabilidade de transferência de recurso econômico for baixa.

O CPC 00 nos fornece os seguintes exemplos dessas obrigações de transferir um recurso econômico:

- (a) obrigações de pagar o valor à vista;
- (b) obrigações de entregar produtos ou prestar serviços;
- (c) obrigações de trocar recursos econômicos com outra parte em condições desfavoráveis.

Essas obrigações incluem, por exemplo, contrato a termo para vender um recurso econômico em condições que são atualmente desfavoráveis ou a opção que dá direito à outra entidade de comprar um recurso econômico da entidade;

- (d) obrigações de transferir um recurso econômico se ocorrer evento futuro incerto específico;
- (e) obrigações de emitir instrumento financeiro se esse instrumento financeiro obrigar a entidade a transferir um recurso econômico.

A EC informa que em vez de satisfazer a obrigação de transferir um recurso econômico para a parte que tem o direito de receber esse recurso, as entidades, às vezes, decidem, por exemplo:

- (a) liquidar a obrigação negociando a dispensa da obrigação;
- (b) transferir a obrigação a terceiro; ou
- (c) substituir essa obrigação de transferir um recurso econômico por outra obrigação celebrando nova transação.

Obrigação presente como resultado de evento passado

Segundo a EC, a obrigação presente existe como resultado de eventos passados somente se:

- (a) a entidade já tiver obtido benefícios econômicos (produtos ou serviços, por exemplo) ou tomado uma ação (operar em determinado mercado, por exemplo); e
- (b) como consequência, a entidade terá ou poderá ter que transferir um recurso econômico que de outro modo não teria que transferir.

O CPC 00 destaca que **a obrigação presente pode existir mesmo se a transferência de recursos econômicos não puder ser executada até algum momento no futuro**. Por exemplo, passivo contratual de pagar o valor à vista pode existir atualmente mesmo se o contrato não exige o pagamento até uma data futura. De modo similar, a obrigação contratual para a entidade realizar um trabalho em data futura pode existir atualmente mesmo se a contraparte não puder exigir que a entidade realize o trabalho até essa data futura.

Observe que a entidade ainda não tem a obrigação presente de transferir um recurso econômico se ainda não tiver satisfeito os critérios acima estudados, ou seja, se ainda não tiver obtido benefícios econômicos, ou tomado uma ação, que exija ou possa exigir que a entidade transfira um recurso econômico que, de outro modo, não teria que transferir.

Exemplo (CPC 00): se a entidade celebrou um contrato para pagar ao empregado um salário em troca dos serviços do empregado, a entidade não tem a obrigação presente de pagar o salário até que tenha recebido os serviços do empregado. Antes disso, o contrato é executório – a entidade tem combinados o direito e a obrigação de trocar o salário futuro por serviços futuros do empregado.



Unidade de Conta

Esse é um termo novo trazido pela revisão 2 (2020) do CPC 00. Nos termos do Pronunciamento, a unidade de conta é o **direito ou o grupo de direitos, a obrigação ou o grupo de obrigações**, ou o grupo de direitos e obrigações, aos quais se aplicam critérios de reconhecimento e conceitos de mensuração.

Mas, afinal qual o objetivo de agrupar direitos e obrigações de modo a formar uma unidade de conta?

A resposta é de certo modo óbvia, a final tudo o que estudamos em Contabilidade possui o objetivo de **fornecer informações úteis**. Logo, a ideia desse tipo de agrupamento é justamente esse. A EC nos retorna dois argumentos, relacionados às características qualitativas da relevância e da representação fiel, senão vejamos:

Argumento 1: Tratar um grupo de direitos e obrigações como uma única unidade de conta pode **fornecer informações mais relevantes** do que tratar cada direito ou obrigação como unidade de conta separada se, por exemplo, esses direitos e obrigações:

- (i) não puderem ser ou provavelmente não sejam o objeto de transações separadas;
- (ii) não puderem vencer ou provavelmente não vencerem em diferentes normas;
- (iii) tiverem características e riscos econômicos similares e, assim, provavelmente tiverem implicações similares para as perspectivas de futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade ou fluxos de saída de caixa líquidos da entidade; ou
- (iv) forem utilizados em conjunto nas atividades do negócio conduzidas pela entidade para produzir fluxos de caixa e forem mensurados por referência a estimativas de seus fluxos de caixa futuros interdependentes.

Argumento 2: pode ser necessário tratar direitos ou obrigações provenientes de diferentes fontes como uma única unidade de conta, ou separar os direitos ou obrigações provenientes de uma única fonte. Da mesma forma, para fornecer representação fidedigna de direitos e obrigações não relacionados pode ser necessário reconhecê-los e mensurá-los separadamente.

A EC destaca que tratar um conjunto de direitos e obrigações como uma única unidade de conta difere de compensar ativos e passivos.

O CPC 00 explica que a compensação ocorre quando a entidade reconhece e mensura tanto ativo como passivo como unidades de conta separadas, mas as agrupa em um único valor líquido no balanço patrimonial. A compensação classifica diferentes itens em conjunto e, portanto, geralmente não é adequado.

A EC nos fornece os seguintes exemplos de Unidades de Contas:

- (a) direito individual ou obrigação individual;
- (b) todos os direitos, todas as obrigações, ou todos os direitos e todas as obrigações, decorrentes de uma única origem, por exemplo, contrato;
- (c) subgrupo desses direitos e/ou obrigações – por exemplo, subgrupo de direitos sobre um item do imobilizado para o qual a vida útil e o padrão de consumo diferem daqueles dos outros direitos sobre esse item;
- (d) grupo de direitos e/ou obrigações decorrentes de carteira de itens similares;
- (e) grupo de direitos e/ou obrigações decorrentes de carteira de itens diferentes – por exemplo, carteira de ativos e passivos a ser alienada em uma única transação; e



(f) exposição a risco dentro de carteira de itens – se a carteira de itens estiver sujeita a risco comum, alguns aspectos da contabilização dessa carteira poderiam focar na exposição agregada a esse risco dentro da carteira.

Contrato Executório

Outro termo novo estabelecido pela revisão 2. Segundo a EC, contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.

O contrato executório estabelece o direito combinado com a obrigação de trocar recursos econômicos. O direito e a obrigação são interdependentes e não podem ser separados. Assim, o direito e a obrigação combinados constituem um único ativo ou passivo. A entidade tem um ativo se os termos da troca são atualmente favoráveis; tem um passivo se os termos da troca são atualmente desfavoráveis.

Na medida em que qualquer das partes cumpre suas obrigações previstas no contrato, o contrato não é mais executório. Se a entidade que reporta efetua o cumprimento primeiro de acordo com o contrato, esse cumprimento é o evento que altera o direito e a obrigação da entidade que reporta de trocar recursos econômicos pelo direito de receber um recurso econômico. Esse direito é um ativo. Se a outra parte efetua o cumprimento primeiro, esse cumprimento é o evento que altera o direito e a obrigação da entidade que reporta de trocar recursos econômicos pela obrigação de transferir um recurso econômico. Essa obrigação é um passivo.

Fechamos o básico que você deve saber sobre a definição de passivo exposta na Estrutura Conceitual. Vamos agora passar à definição do Patrimônio Líquido, a mais fácil de todas.

Patrimônio Líquido

PATRIMÔNIO LÍQUIDO é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Perceba que essa definição mostra o patrimônio líquido em função de definições prévias estudadas anteriormente, de ativo e passivo. Sendo assim, podemos afirmar que se trata de uma **definição residual**.

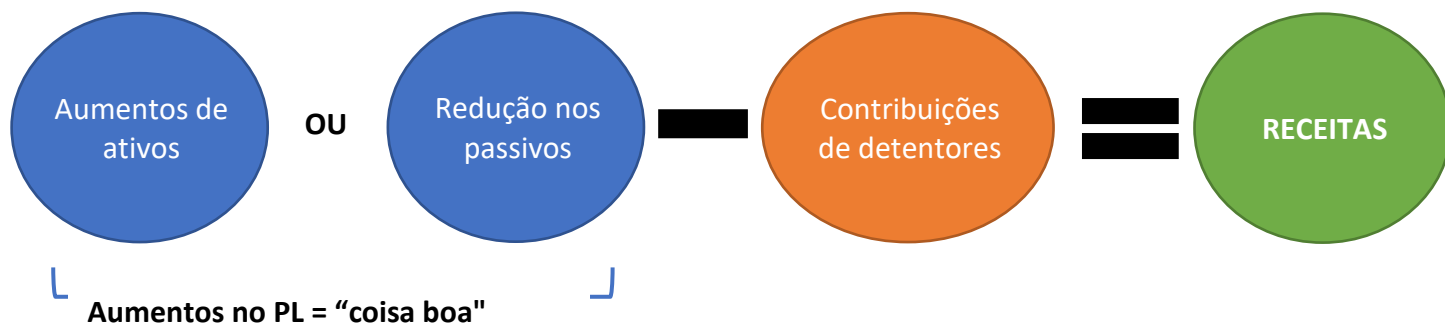
Pessoal, de todos os conceitos o menos exigido é justamente esse do PL, pois é uma definição bem simples. Vamos agora estudar a definição de receita.



Receitas e Despesas

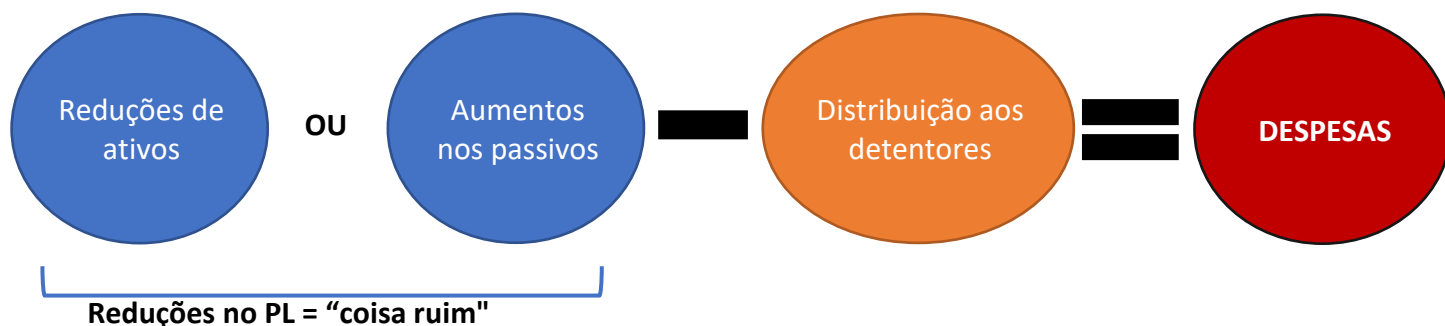
As receitas e despesas são definidas em termos de mudanças em ativos e passivos. Segundo a EC, temos as seguintes definições:

RECEITAS são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.



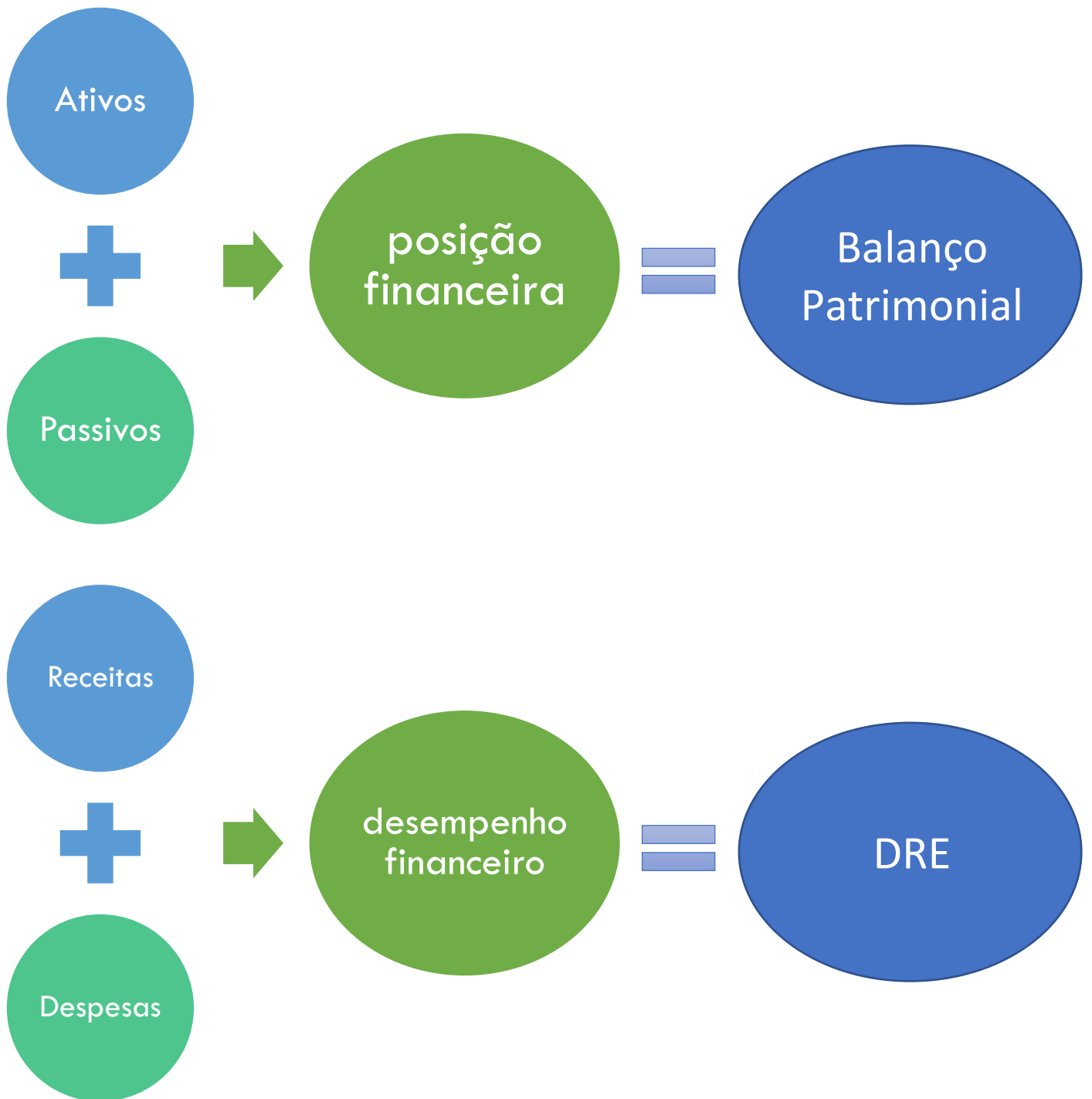
Observe que as contribuições de detentores (aportes de capital dos sócios) não entram na definição de receita. A integralização de capital, por exemplo, é um aporte de recursos em que há um aumento do ativo e do patrimônio líquido, porém não é considerado uma receita.

DESPEASAS são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.



Observe que as distribuições aos detentores não entram na definição de despesa. A distribuição de dividendos, por exemplo, é uma distribuição de recursos em que há um aumento do passivo e redução do patrimônio líquido, porém não é considerado uma despesa.

Receitas e despesas são os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro da entidade. Os usuários das demonstrações contábeis precisam de informações tanto sobre a **posição financeira** da entidade como de seu **desempenho financeiro**. Assim, embora receitas e despesas sejam definidas em termos de mudanças em ativos e passivos, informações sobre receitas e despesas são tão importantes como informações sobre ativos e passivos. Observe que a EC se refere a informações sobre posição financeira e informações sobre desempenho financeiro. Logo, podemos ter a seguinte relação:



A EC destaca que transações diferentes e outros eventos geram receitas e despesas com diferentes características. Fornecer informações separadamente sobre receitas e despesas com diferentes características pode ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem o desempenho financeiro da entidade.

Bem... fechamos mais um ponto da Estrutura Conceitual. Preparado(a) para prosseguir na missão? Então, respira fundo e avante!

Agora vamos estudar o reconhecimento e desreconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis.



RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

Segundo a EC, **reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente de item que atenda à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis – ativo, passivo, patrimônio líquido, receita ou despesa.**

Reconhecimento envolve refletir o item em uma dessas demonstrações – seja isoladamente ou em conjunto com outros itens – em palavras e por meio do valor monetário, e incluir esse valor em um ou mais totais nessa demonstração.

O valor pelo qual ativo, passivo ou patrimônio líquido é reconhecido no balanço patrimonial é referido como o seu “valor contábil”.

A EC destaca que **o reconhecimento vincula os elementos**, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente:

- (a) no balanço patrimonial no início e no final do período de relatório, total do ativo menos total do passivo equivale ao total do patrimônio líquido; e
- (b) alterações reconhecidas no patrimônio líquido durante o período de relatório compreendem:
 - (i) receitas menos despesas reconhecidas na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente; mais
 - (ii) contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio, menos distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

O CPC 00 explica que as demonstrações estão vinculadas porque o reconhecimento de item (ou mudança em seu valor contábil) exige o reconhecimento ou desreconhecimento de um ou mais outros itens (ou mudanças no valor contábil de um ou mais outros itens). Por exemplo:

- (a) o reconhecimento de receita ocorre ao mesmo tempo que:
 - (i) o reconhecimento inicial do ativo, ou aumento no valor contábil do ativo; ou
 - (ii) o desreconhecimento do passivo, ou diminuição no valor contábil do passivo;

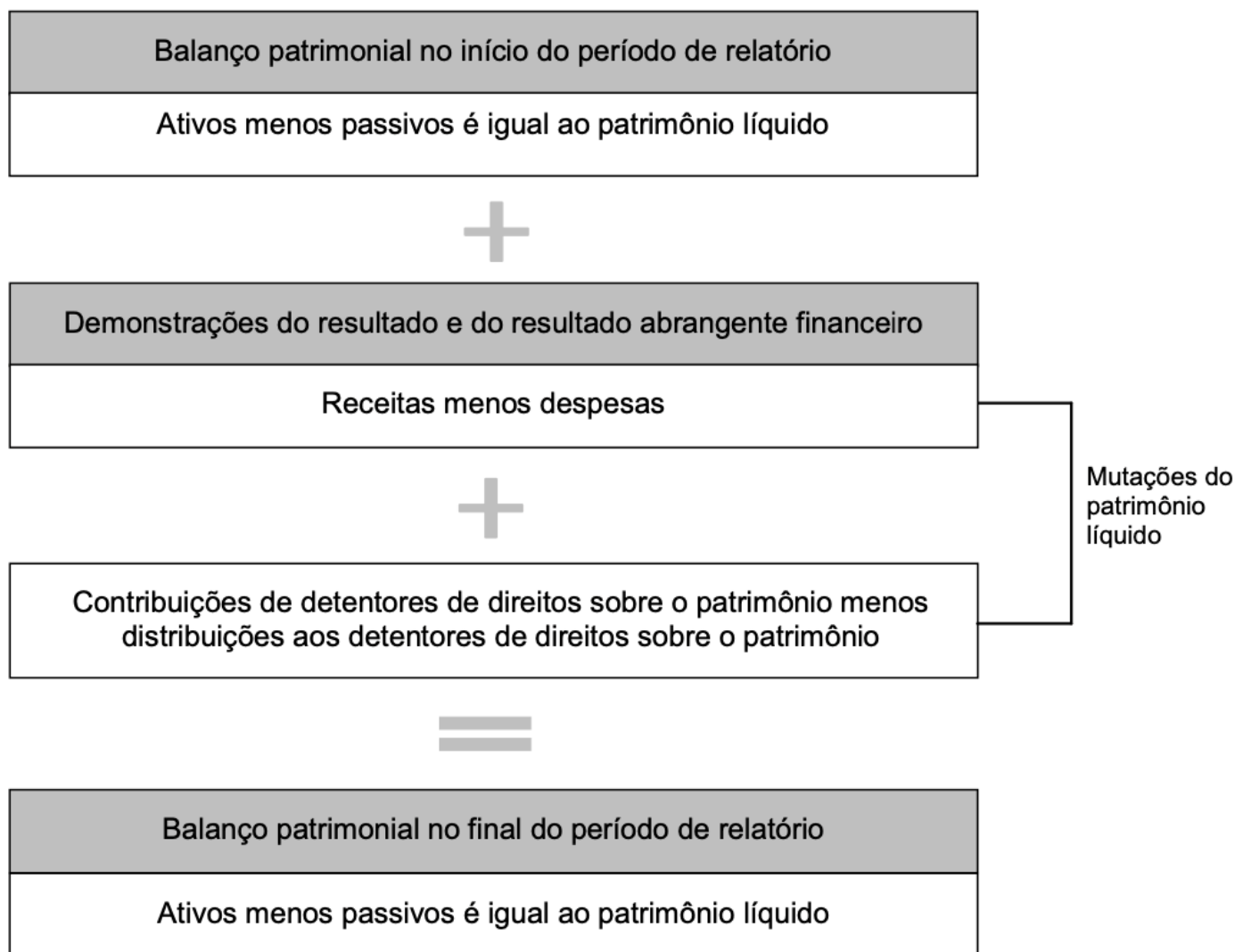
Veja que o reconhecimento de receita decorre de “coisa boa”, ou seja, aumento de ativo ou diminuição de passivo.

- (b) o reconhecimento de despesa ocorre ao mesmo tempo que:
 - (i) o reconhecimento inicial do passivo, ou aumento no valor contábil do passivo; ou
 - (ii) o desreconhecimento do ativo, ou diminuição no valor contábil do ativo.

Observe que o reconhecimento de despesa decorre de “coisa ruim”, ou seja, diminuição de ativo ou aumento de passivo.

O CPC 00 nos apresenta um diagrama que ilustra como o reconhecimento vincula os elementos das demonstrações contábeis.





A EC informa que o reconhecimento inicial de ativos ou passivos decorrentes de transações ou outros eventos pode resultar no reconhecimento simultâneo tanto de receitas como das respectivas despesas.

Exemplo (CPC 00):

Venda de produtos à vista resulta no reconhecimento de receita (do reconhecimento do ativo – caixa) e da despesa (do desreconhecimento de outro ativo – produtos vendidos).

O reconhecimento simultâneo das receitas e das respectivas despesas, às vezes, é referido como a confrontação entre custos e receitas.

A aplicação dos conceitos da EC leva a essa confrontação quando resulta do reconhecimento de mudanças nos ativos e nos passivos. Contudo, a confrontação entre custos e receitas não é objetivo da EC.



Critérios de Reconhecimento

A EC destaca que somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Similarmente, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.

Utilidade da Informação

Um critério de reconhecimento estabelecido pela EC é a **utilidade da informação**. Lembre-se que para ser útil, a informação deve ser relevante e representar fidedignamente o que está sendo reportado.

Nesse sentido, o ativo ou passivo é reconhecido somente se o seu reconhecimento e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes fornece aos usuários das demonstrações contábeis informações que são úteis, ou seja:

- a) informações relevantes sobre o ativo ou passivo e sobre quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes; e
- b) representação fidedigna do ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes.

A EC destaca que **o custo restringe decisões de reconhecimento**, pois há um custo no reconhecimento de ativos e passivos tanto para os responsáveis (preparadores) das informações como para os usuários.

Custos para os responsáveis: incorrem em custos na obtenção da mensuração relevante de ativo ou passivo.

Custos para os usuários: incorrem em custos de análise e interpretação das informações fornecidas.

Logo, **o ativo ou passivo deve ser reconhecido se é provável que os benefícios das informações fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis pelo reconhecimento justifiquem os custos de fornecer e utilizar essas informações**.

Em alguns casos, os custos do reconhecimento podem superar seus benefícios.

A decisão em torno do reconhecimento, considerando esse contexto de custo x benefício envolve julgamento (subjetivo).

A EC destaca que mesmo se o item que atende à definição de ativo ou passivo não seja reconhecido, a entidade pode precisar fornecer informações sobre esse item nas notas explicativas. É importante considerar como tornar essas informações suficientemente visíveis para compensar a ausência do item do sumário estruturado fornecido pelo balanço patrimonial e, se aplicável, pela demonstração do resultado e pela demonstração do resultado abrangente.

O CPC 00 informa que **o ativo ou passivo pode existir mesmo se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa**. Nesse caso, as informações mais relevantes sobre o ativo ou passivo podem ser informações sobre a magnitude das possíveis entradas ou saídas, sua época possível e os fatores que afetam a probabilidade de sua ocorrência. A localização típica dessas informações é nas notas explicativas.



Nível de incerteza na mensuração

Outro critério que podemos observar no texto da EC é a incerteza na mensuração.

Segundo a EC, o reconhecimento de ativo ou passivo específico é apropriado se fornecer não apenas informações relevantes, mas também representação fidedigna desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes. A possibilidade de representação fidedigna ser fornecida pode ser afetada pelo nível de incerteza na mensuração associado ao ativo ou passivo ou por outros fatores.

Nos termos da EC, **para que o ativo ou passivo seja reconhecido, ele deve ser mensurado**. Em muitos casos, essas mensurações devem ser estimadas e, portanto, estão sujeitas a incerteza na mensuração.

Lembre-se que o uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e não prejudica a utilidade das informações se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa. Mesmo o elevado nível de incerteza na mensuração não impede, necessariamente, essa estimativa de fornecer informações úteis.

Observação: na revisão 1 a EC deixava claro que o reconhecimento envolvia o atendimento da definição e uma mensuração confiável... aqui na revisão 2 ela não “fala” expressamente em mensuração confiável, mas interpretando os dispositivos acima, entendo que a expressão “confiável” está implícita. Logo, há que se ter uma base de mensuração confiável (mesmo que estimada) para que o elemento seja reconhecido.

Desreconhecimento

Segundo a EC, desreconhecimento é a **retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade**. Esse termo também pode constar como “baixa”... logo, desreconhecer um elemento = baixar um elemento.

O desreconhecimento normalmente ocorre quando esse item não atende mais à definição de ativo ou passivo:

- a) **para o ativo**, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade **perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido**; e
- b) **para o passivo**, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade **não possui mais uma obrigação presente** pela totalidade ou parte do passivo reconhecido.



MENSURAÇÃO

Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são **quantificados em termos monetários**. Isso exige a seleção de uma base de mensuração.

Observe, portanto, que **mensurar = quantificar monetariamente determinado elemento patrimonial**.

Segundo a EC, a base de mensuração é uma característica identificada – por exemplo, custo histórico, valor justo ou valor de cumprimento – de item sendo mensurado. Aplicar a base de mensuração a ativo ou passivo cria uma mensuração para esse ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas.

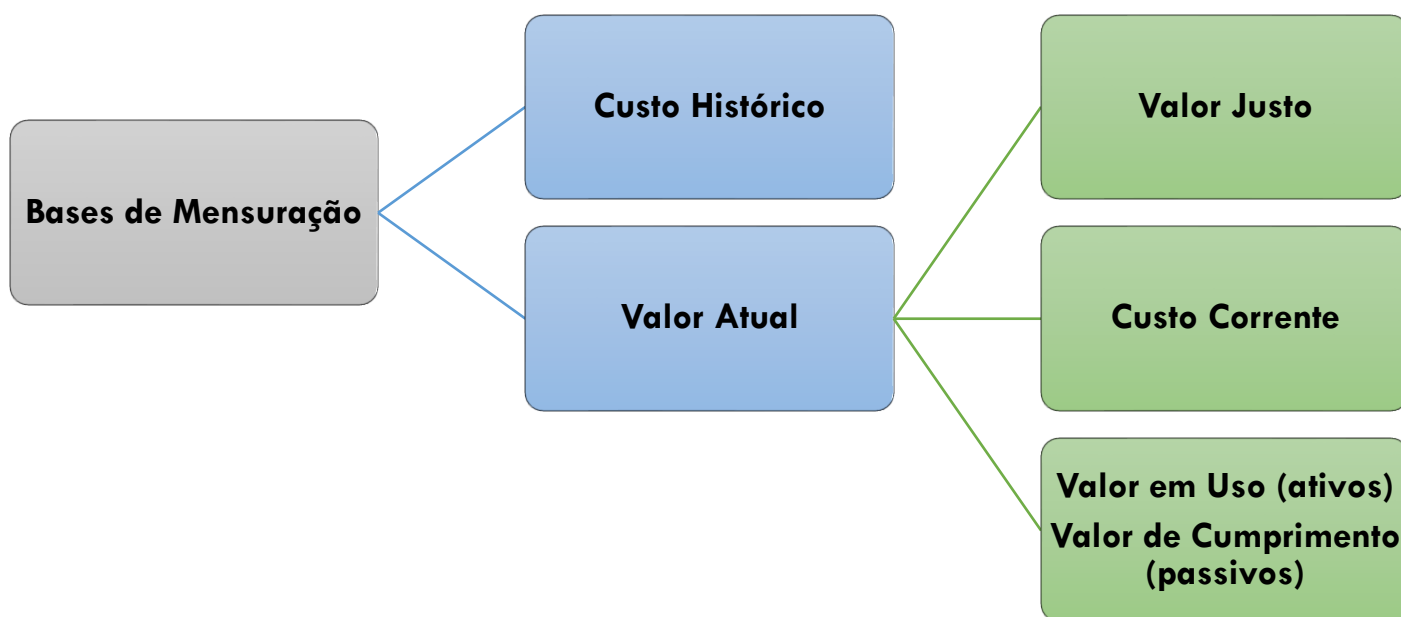
A EC destaca que é provável que a consideração das características qualitativas de informações financeiras úteis e da restrição de custo resulte na seleção de diferentes bases de mensuração para diferentes ativos, passivos, receitas e despesas.

Bases de Mensuração

Aspectos Introdutórios

Observa-se que o CPC 00 (R2) dividiu as bases de mensuração em dois grupos: **custo histórico e valor atual**, esta por sua vez, subdividida em: valor justo, valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos e custo corrente.

Bases de Mensuração (CPC 00 – R2)



A EC destaca que, diferentemente do valor atual, o custo histórico não reflete as mudanças nos valores, exceto na medida em que essas mudanças se referirem à redução ao valor recuperável de ativo ou passivo que se torna onerosa.

Antes de passarmos ao estudo específico de cada base de mensuração, é importante você ter em mente que as bases de mensuração podem fornecer **valores de entrada e valores de saída**.

Para o ativo, **os valores de entrada refletem o custo da compra. Os valores de saída refletem os benefícios econômicos da venda e também o montante que será obtido com a utilização do ativo.**



As bases de mensuração **para o passivo** também podem ser classificadas em termos de valores de entrada ou de saída. **Os valores de entrada se relacionam à transação na qual a obrigação é contraída ou ao montante que a entidade aceitaria para assumir um passivo. Os valores de saída refletem o montante exigido para cumprir a obrigação ou o montante exigido para liberar a entidade da obrigação.**

Na sequência do nosso estudo é importante você identificar três pontos básicos que são descritos pela EC sobre as bases de mensuração:

- se fornecem valores de entrada ou de saída;
- se são observáveis no mercado; e
- se são específicas, ou não, para a entidade.

Ao final da nossa abordagem sobre as bases de mensuração vamos elaborar um quadro-esquemático para facilitar a sua vida.

Considerações iniciais realizadas, vamos estudar os detalhes pertinentes dessas bases de mensuração.

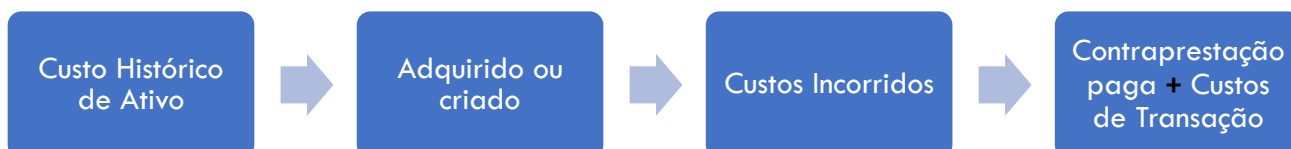
Bases de Mensuração

Custo Histórico

Segundo a EC, a mensuração ao custo histórico fornece informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, utilizando informações derivadas, pelo menos em parte, do **preço da transação** ou outro evento que deu origem a eles.

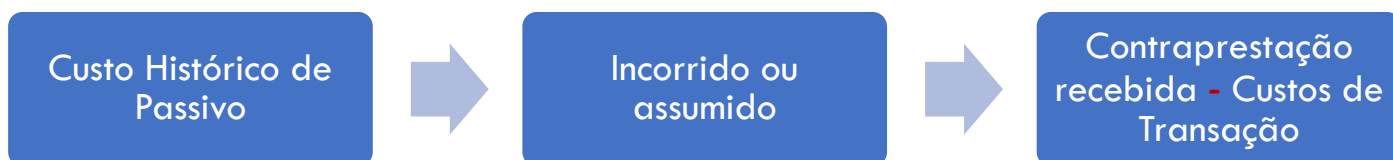
O **custo histórico de ativo** quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.

Custo Histórico de Ativo



O **custo histórico de passivo** quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação.

Custo Histórico de Passivo



O custo histórico de ativo é atualizado ao longo do tempo para refletir, se aplicável:

- o consumo da totalidade ou parte do recurso econômico que constitui o ativo (depreciação ou amortização);



- pagamentos recebidos que extinguem a totalidade ou parte do ativo;
- o efeito de eventos que fazem com que a totalidade ou parte do custo histórico do ativo não seja mais recuperável (redução ao valor recuperável); e
- provisão de juros para refletir qualquer componente de financiamento do ativo.

Esse último item acima é o ajuste a valor presente. O tradutor não foi feliz ao usar o termo “provisão”. Mas, se aparecer na prova do jeito que está descrito acima precisamos aceitar como correto.

O custo histórico de passivo é atualizado ao longo do tempo para refletir, se aplicável:

- o cumprimento da totalidade ou parte do passivo, por exemplo, efetuando pagamentos que extinguem a totalidade ou parte do passivo ou satisfazendo a obrigação de entregar produtos;
- o efeito de eventos que aumentam o valor da obrigação de transferir os recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação em tal medida que o passivo se torna oneroso¹; e
- provisão de juros para refletir qualquer componente de financiamento do passivo.

Valor Atual

Conforme já estudamos acima, as bases de mensuração do valor atual incluem:

- valor justo;
- valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos; e
- custo corrente.

Vamos estudar os detalhes previstos no CPC 00.

Valor Justo

Segundo a EC, valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo reflete a perspectiva dos participantes do mercado no qual a entidade tem acesso. Trata-se de uma base de mensuração que pode envolver aspectos altamente complexos para se chegar ao valor. É justamente por isso que existe um Pronunciamento específico somente para tratar sobre essa base de mensuração: o CPC 46 – Mensurações ao Valor Justo.

A EC informa que o valor justo pode ser determinado diretamente, observando-se os preços em mercado ativo. Em outros casos, o valor justo é determinado indiretamente utilizando técnicas de mensuração, por exemplo, baseadas em fluxo de caixa. Esses detalhes de determinação do valor justo são enfrentados no âmbito do CPC 46.

¹ O passivo é oneroso se o custo histórico não é mais suficiente para refletir a obrigação de satisfazer o passivo.





Como o valor justo não é derivado, mesmo em parte, do preço da transação ou de outro evento que deu origem ao ativo ou passivo, **o valor justo não é aumentado pelos custos de transação incorridos ao adquirir o ativo e não é diminuído pelos custos de transação incorridos quando o passivo é incorrido ou assumido.**

Além disso, **o valor justo não reflete os custos de transação** que seriam incorridos na alienação final do ativo ou na transferência ou liquidação do passivo.

7.1.2.4. Valor em Uso de Ativos e de Cumprimento de Passivos

Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.

Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

Esses valores de caixa ou outros recursos econômicos incluem não somente os valores a serem transferidos à contraparte do passivo, mas também os valores que a entidade espera ser obrigada a transferir a outras partes de modo a permitir que ela cumpra a obrigação.



Como o valor em uso e o valor de cumprimento baseiam-se em fluxos de caixa futuros, eles **não incluem custos de transação incorridos** ao adquirir o ativo ou assumir o passivo. Entretanto, **o valor em uso e o valor de cumprimento incluem o valor presente de quaisquer custos de transação que a entidade espera incorrer** na alienação final do ativo ou no cumprimento do passivo.

O valor em uso e o valor de cumprimento **refletem premissas específicas** da entidade em vez de premissas de participantes do mercado.

O valor em uso e o valor de cumprimento **não podem ser observados diretamente** e são determinados utilizando técnicas de mensuração baseadas em fluxos de caixa.

O valor em uso e o valor de cumprimento refletem os mesmos fatores descritos para valor justo, mas da perspectiva específica da entidade e, não, da perspectiva de participantes do mercado.

Custo Corrente

O **custo corrente de ativo** é o custo de ativo equivalente na data de mensuração, compreendendo a contraprestação que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data.

O **custo corrente de passivo** é a contraprestação que seria recebida pelo passivo equivalente na data de mensuração menos os custos de transação que seriam incorridos nessa data.

O custo corrente, assim como o custo histórico, é uma base de mensuração a valor de entrada: reflete preços no mercado em que a entidade adquiriria o ativo ou incorreria no passivo. Assim, é diferente do valor justo, valor em uso e valor de cumprimento, que são valores de saída. Contudo, diferentemente do custo histórico, o custo corrente reflete condições na data de mensuração.

Resumo das bases de mensuração

Base de mensuração	Entrada ou saída?	Observável no mercado?	Específica à entidade?
Custo histórico	Entrada	Geralmente observável	Sim
Valor Justo	Saída	Sim	Não
valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos	Saída	Não	Sim
Custo Corrente	Entrada	Sim	Sim

Detalhes específicos sobre os aspectos de Mensuração

Prezados, nesse capítulo de mensuração a EC é muito detalhista de forma que entendemos não ter um custo-benefício interessante. Logo, a seguir reunimos alguns tópicos que a meu ver podem ser alvo de exigência.

- As características qualitativas de melhoria de comparabilidade, compreensibilidade e verificação, e a restrição de custo, têm implicações para a escolha da base de mensuração.
- A característica qualitativa de melhoria de tempestividade não tem implicações específicas para mensuração.
- No reconhecimento inicial, o custo de ativo adquirido, ou de passivo incorrido, como resultado de evento que seja uma transação em termos de mercado normalmente é similar ao seu valor justo nessa data, salvo se os custos de transação forem significativos. Não obstante, mesmo se esses dois valores forem similares, é necessário descrever qual base de mensuração é utilizada no reconhecimento inicial.
- Utilizar a mesma base de mensuração para reconhecimento inicial e mensuração subsequente evita o reconhecimento de receitas ou despesas na ocasião da primeira mensuração subsequente exclusivamente devido à mudança na base de mensuração.
- Quando o ativo ou o passivo é mensurado ao custo, nenhuma receita ou despesa surge no reconhecimento inicial, salvo se surgirem receitas ou despesas do desreconhecimento do ativo ou passivo transferido, ou salvo se o ativo apresentar problemas de recuperação ou o passivo for oneroso.



- Mais de uma base de mensuração pode ser necessária para ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas a fim de fornecer informações relevantes que representem, fidedignamente, tanto a posição financeira da entidade como seu desempenho financeiro.
- O valor contábil total do patrimônio líquido (total do patrimônio líquido) não é mensurado diretamente. Equivale ao total dos valores contábeis de todos os ativos reconhecidos menos o total dos valores contábeis de todos os passivos reconhecidos.
- Como as demonstrações contábeis para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade, o valor contábil total do patrimônio líquido geralmente **não equivale**:
 - a) ao valor de mercado total de direitos sobre o patrimônio na entidade;
 - b) ao valor que poderia ser levantado, vendendo a entidade como um todo em regime de continuidade operacional; ou
 - c) ao valor que poderia ser levantado, vendendo todos os ativos da entidade e liquidando todos os seus passivos.
- Modificar bases de mensuração às vezes pode resultar em informações que são mais relevantes para os usuários das demonstrações contábeis ou que podem ser menos custosas para produzir ou compreender. Contudo, bases de mensuração modificadas também podem ser mais difíceis para os usuários das demonstrações contábeis compreenderem.

Exemplo: valor de cumprimento modificado para excluir o efeito da possibilidade de que a entidade possa descumprir uma obrigação (risco de crédito próprio).



APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Apresentação e divulgação como ferramentas de comunicação

Segundo a EC, a entidade que reporta comunica informações sobre seus ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas apresentando e divulgando informações em suas demonstrações contábeis.

A comunicação efetiva de informações nas demonstrações contábeis torna essas informações mais relevantes e contribui para uma representação fidedigna de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade. Também aprimora a compreensibilidade e comparabilidade das informações nas demonstrações contábeis. **A comunicação efetiva de informações nas demonstrações contábeis requer:**

- a) **concentrar-se em princípios e objetivos de divulgação e apresentação em vez de concentrar-se em regras;**
- b) classificar informações de maneira a **agrupar itens similares e separar itens diferentes;** e
- c) **agregar informações** de tal modo que não sejam obscurecidas por detalhes desnecessários ou por agregação excessiva.

A EC destaca que o custo restringe decisões sobre apresentação e divulgação. Portanto, ao tomar decisões sobre apresentação e divulgação, é importante considerar se é provável que os benefícios fornecidos aos usuários das demonstrações contábeis ao apresentar ou divulgar informações específicas justifiquem os custos de fornecer e utilizar essas informações.

Objetivos e princípios de apresentação e divulgação

Nos termos do CPC 00, para facilitar a comunicação efetiva de informações nas demonstrações contábeis, ao desenvolver requisitos de apresentação e divulgação nos pronunciamentos, é necessário um equilíbrio entre:

- a) dar às entidades a **flexibilidade** para fornecer informações relevantes que representem fidedignamente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade; e
- b) exigir informações que sejam **comparáveis**, tanto de período a período para a entidade que reporta como em um único período de relatório para diferentes entidades.

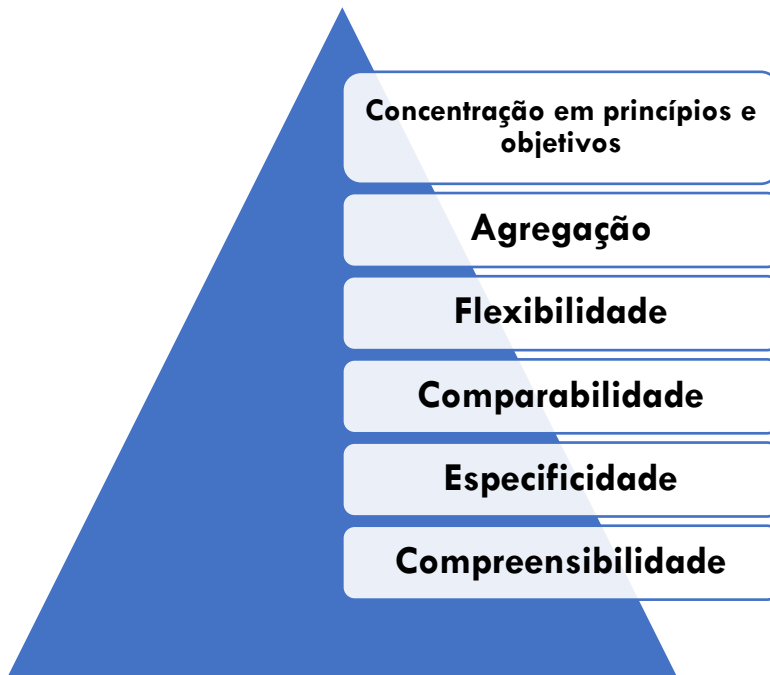
O Pronunciamento informa, ainda, que a comunicação efetiva nas demonstrações contábeis também é suportada, considerando-se os seguintes princípios:

- a) as **informações específicas da entidade são mais úteis do que descrições padronizadas**, algumas vezes referidas como “padrão”; e
- b) **duplicação de informações** em diferentes partes das demonstrações contábeis geralmente é **desnecessária** e pode tornar as demonstrações contábeis menos compreensíveis.

Logo, podemos sintetizar os princípios acima descritos da seguinte forma:



Princípios da Comunicação Efetiva (apresentação e divulgação)



Classificação

Segundo a EC, classificação é a **organização** de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas **com base em características compartilhadas** para fins de divulgação e apresentação. Essas características incluem, entre outras, a natureza do item, seu papel (ou função) dentro das atividades de negócio conduzidas pela entidade e como é mensurado.

Nesse sentido, classificar diferentes ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas em conjunto podem obscurecer informações relevantes, reduzir a compreensibilidade e a comparabilidade e pode não fornecer representação fidedigna do que pretendem representar.

Compensação

Nos termos do CPC 00, **compensação ocorre quando a entidade reconhece e mensura tanto ativo como passivo como unidades de conta separadas, mas as agrupa em um único valor líquido no balanço patrimonial.**

A EC destaca que **a compensação classifica diferentes itens em conjunto e, portanto, geralmente não é adequado.**

Nesse ponto, a EC reitera que compensar ativos e passivos é diferente de tratar um conjunto de direitos e obrigações como uma única unidade de conta.



Classificação de patrimônio líquido

Segundo a EC, para fornecer informações úteis, pode ser necessário classificar direitos sobre o patrimônio líquido separadamente se esses direitos sobre o patrimônio líquido tiverem diferentes características.

Similarmente, para fornecer informações úteis, pode ser necessário classificar componentes do patrimônio líquido separadamente se alguns desses componentes estiverem sujeitos a determinados requisitos legais, regulatórios ou outros.

Por exemplo, em algumas jurisdições, a entidade tem permissão de realizar distribuições aos titulares de direitos sobre o patrimônio líquido somente se a entidade tiver reservas suficientes especificadas como distribuíveis (é o caso do Brasil, conforme previsto na Lei n. 6.404/76). A apresentação e a divulgação separadas dessas reservas podem fornecer informações úteis.

Classificação de receitas e despesas

A classificação é aplicada a:

- a) receitas e despesas resultantes da unidade de conta selecionada de ativo ou passivo; ou
- b) componentes dessas receitas e despesas se esses componentes tiverem características diferentes e forem identificados separadamente. Por exemplo, a mudança no valor corrente de um ativo pode incluir os efeitos de mudanças de valor e a provisão de juros. É apropriado classificar esses componentes separadamente se fazer isso melhora a utilidade das informações financeiras resultantes.

Demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente

Segundo a EC, as receitas e despesas são classificadas e incluídas:

- a) na demonstração do resultado; ou
- b) fora da demonstração do resultado, na demonstração do resultado abrangente.

A EC destaca que a demonstração do resultado é a fonte principal de informações sobre o desempenho financeiro da entidade para o período de relatório. Essa demonstração contém um total para o resultado (lucro ou prejuízo) que fornece uma representação altamente resumida do desempenho financeiro da entidade para o período. Muitos usuários das demonstrações contábeis incorporam esse total em sua análise como ponto de partida para essa análise ou como o principal indicador do desempenho financeiro da entidade para o período. Não obstante, compreender o desempenho financeiro da entidade para o período requer a análise de todas as receitas e despesas reconhecidas – inclusive as receitas e despesas incluídas na demonstração do resultado abrangente –, bem como a análise de outras informações incluídas nas demonstrações contábeis.



Agregação

Segundo a EC, a **agregação é a soma de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas que possuem características compartilhadas e são incluídas na mesma classificação.**

A agregação torna as informações mais úteis ao resumir grande quantidade de detalhes. Contudo, a agregação oculta alguns desses detalhes. Portanto, deve-se observar um equilíbrio de modo que as informações relevantes não sejam obscurecidas por grande quantidade de detalhes insignificantes ou por agregação excessiva.

Podem ser necessários diferentes níveis de agregação em diferentes partes das demonstrações contábeis. Por exemplo, normalmente, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente fornecem informações resumidas e informações mais detalhadas são fornecidas nas notas explicativas.

...

Acabamos de superar mais uma etapa do estudo da Estrutura Conceitual. Agora vamos partir para o último ponto presente no Pronunciamento. Trata-se dos conceitos de capital e manutenção do capital. Não é dos pontos mais exigidos da norma, mas quando é exigido não apresenta dificuldades, basta observar os destaques a seguir.

Vale destacar que essa parte foi mantida inalterada na Revisão 2 da Estrutura Conceitual (CPC 00 – R2) em consideração ao disposto na revisão 1 (CPC 00 – R1).



CONCEITO DE CAPITAL E MANUTENÇÃO DE CAPITAL

Conceitos de capital

O conceito de capital financeiro (ou monetário) é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis.

De acordo com o **conceito de capital financeiro**, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, **o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade**.

Segundo o **conceito de capital físico**, tal como capacidade operacional, o capital é considerado como a **capacidade produtiva da entidade** baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.



Capital Financeiro → Ativo líquido ou patrimônio líquido.

Capital Físico → Capacidade produtiva da entidade.

A seleção do conceito de capital apropriado para a entidade deve estar baseada nas necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. Assim, o conceito de capital financeiro deve ser adotado se os usuários das demonstrações contábeis estiverem primariamente interessados na manutenção do capital nominal investido ou no poder de compra do capital investido. Se, contudo, a principal preocupação dos usuários for com a capacidade operacional da entidade, o conceito de capital físico deve ser adotado. O conceito escolhido indica o objetivo a ser alcançado na determinação do lucro, mesmo que possa haver algumas dificuldades de mensuração ao tornar operacional o conceito.

Conceitos de Manutenção de Capital

Os conceitos de capital mencionados anteriormente dão origem aos seguintes conceitos de manutenção de capital:

a) Manutenção do capital financeiro: De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o **montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período**, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.



b) Manutenção do capital físico: De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a **capacidade física produtiva (ou capacidade operacional)** da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

O conceito de manutenção de capital está relacionado com a forma pela qual a entidade define o capital que ela procura manter. Ele representa um elo entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro, pois fornece um ponto de referência para medição do lucro; é uma condição essencial para distinção entre o retorno sobre o capital da entidade e a recuperação do capital; somente os ingressos de ativos que excedam os montantes necessários para manutenção do capital podem ser considerados como lucro e, portanto, como retorno sobre o capital. Portanto, o lucro é o montante remanescente depois que as despesas (inclusive os ajustes de manutenção do capital, quando for apropriado) tiverem sido deduzidas do resultado. Se as despesas excederem as receitas, o montante residual será um prejuízo.

O conceito de **manutenção do capital físico** requer a adoção do **custo corrente como base de mensuração**. O conceito de **manutenção do capital financeiro**, entretanto, **não requer o uso de uma base específica de mensuração**. A escolha da base conforme este conceito depende do tipo de capital financeiro que a entidade está procurando manter.

A principal diferença entre os dois conceitos de manutenção de capital está no tratamento dos efeitos das mudanças nos preços dos ativos e passivos da entidade. Em termos gerais, a entidade terá mantido seu capital se ela tiver tanto capital no fim do período como tinha no início, computados os efeitos das distribuições aos proprietários e seus aportes para o capital durante esse período. Qualquer valor além daquele necessário para manter o capital do início do período é lucro.



QUESTÕES COMENTADAS

Prezados, considerando que o CPC 00 (R2) iniciou sua vigência em 2020, os pontos novos incluídos nessa revisão ainda não foram explorados até o fechamento dessa primeira edição da aula. Assim, à medida que as questões forem surgindo vamos lançar novas edições da aula incluindo novas questões. A seguir comentamos questões sobre pontos da Estrutura Conceitual que mantiveram a equivalência de abordagem (basicamente, as definições, características qualitativas e o último capítulo que foi o único totalmente inalterado sobre os conceitos de capital). Os comentários já estão segundo a nova redação.

1. (Inédita) Acerca das disposições previstas no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir:

As demonstrações contábeis fornecem informações sobre ativos e passivos – incluindo ativos e passivos não reconhecidos – e patrimônio líquido que existiam no final do período de relatório, ou durante o período de relatório, além das receitas e despesas para o período de relatório.

Comentários

Segundo o CPC 00 (R2), as demonstrações contábeis são elaboradas para um período de tempo específico (período de relatório) e fornecem informações sobre:

- a) ativos e passivos – incluindo ativos e passivos não reconhecidos – e patrimônio líquido que existiam no final do período de relatório, ou durante o período de relatório; e
- b) receitas e despesas para o período de relatório.

Gabarito: Certo

2. (Inédita) Para ser relevante, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro (isenta de erros).

Comentários

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro (isenta de erros).

Gabarito: Errado

3. (Inédita) A neutralidade da informação é apoiada pelo exercício da prudência, o qual não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas.

Comentários

O CPC 00 destaca que a neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados.

Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas. Essas divulgações distorcidas podem levar à superavaliação ou subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.

Por fim, o CPC 00 destaca que o exercício de prudência não implica necessidade de assimetria, por exemplo, a necessidade sistemática de evidência mais convincente para dar suporte ao reconhecimento de ativos ou receitas do que ao reconhecimento de passivos ou despesas.

Gabarito: Certo



4. (Inédita) Sobre as disposições da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (CPC 00 – R2), analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

I – as informações financeiras devem ser úteis. Para tanto, devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar.

II – a neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas.

III – Os relatórios financeiros para fins gerais apresentam o valor da entidade que reporta, de modo a auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores nas suas decisões.

Estão corretos:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário:

I – **Certo**. Nos termos da Estrutura Conceitual,

Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

II – **Certo**. Segundo a Estrutura Conceitual,

A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas.

III – **Errado**. A EC destaca que relatórios financeiros para fins gerais **não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta**, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.

Gabarito: B

5. (Inédita) Acerca dos Relatórios Financeiros para Fins Gerais pode-se afirmar, exceto:

a) Os Relatórios Financeiros objetivam fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.

b) Os Relatórios Financeiros não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam os usuários da informação contábil.



- c) Os Relatórios Financeiros não se destinam a fornecer o valor da entidade que reporta.
- d) Os Relatórios Financeiros não são direcionados a outros grupos.
- e) Mesmo podendo obter internamente as informações financeiras de que precisa, a Administração da entidade precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais.

Comentários

- a. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual, o objetivo do relatório financeiro para fins gerais é **fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.**
- b. **Certo.** A EC ressalta que relatórios financeiros para fins gerais **não fornecem nem podem fornecer todas as informações** de que necessitam investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.
- c. **Certo.** Os relatórios financeiros para fins gerais **não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta**, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.
- d. **Certo.** Segundo a EC, outras partes, como reguladores e o público em geral, que não investidores, credores por empréstimos e outros credores, podem também considerar relatórios financeiros para fins gerais úteis. Contudo, esses relatórios não são direcionados essencialmente a esses outros grupos.
- e. **Errado.** Segundo a EC, a administração não precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais, pois ela pode obter internamente as informações financeiras de que precisa.

Gabarito: E

6. (Inédita) Julgue os itens abaixo a respeito da Estrutura Conceitual e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.
- II. Contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.
- III. Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Está(ão) certo(s) o(s) item(ns):

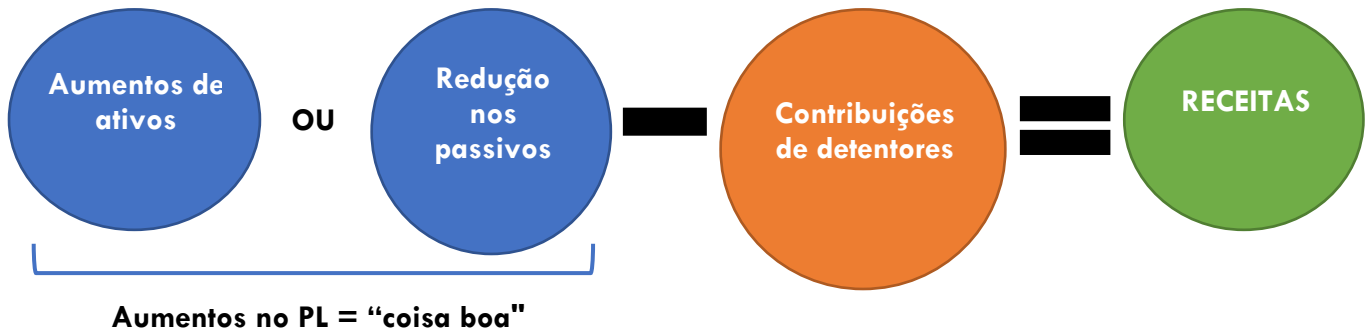
- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

Comentários



I. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual,

RECEITAS são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.



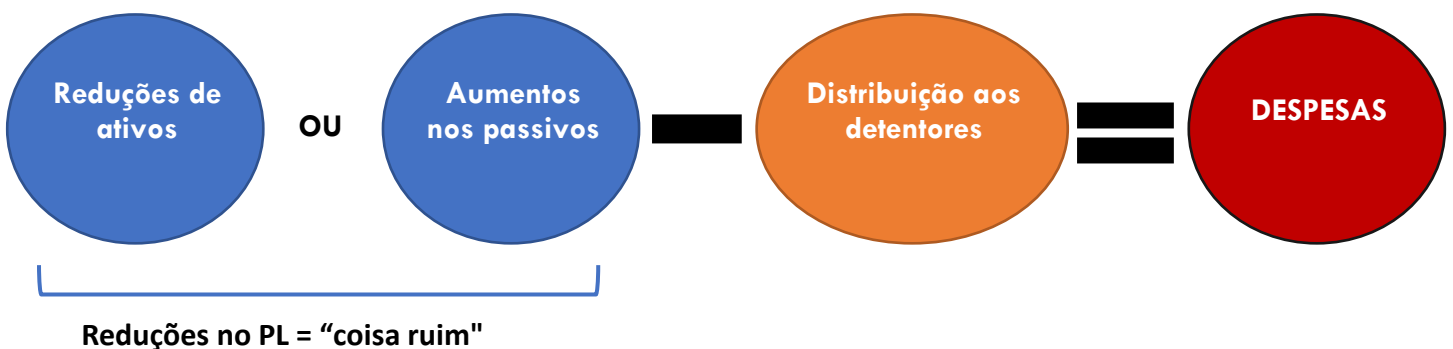
Observe que as contribuições de detentores (aportes de capital dos sócios) não entram na definição de receita. A integralização de capital, por exemplo, é um aporte de recursos em que há um aumento do ativo e do patrimônio líquido, porém não é considerado uma receita.

II. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual, contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.

O contrato executório estabelece o direito combinado com a obrigação de trocar recursos econômicos. O direito e a obrigação são interdependentes e não podem ser separados. Assim, o direito e a obrigação combinados constituem um único ativo ou passivo. A entidade tem um ativo se os termos da troca são atualmente favoráveis; tem um passivo se os termos da troca são atualmente desfavoráveis.

III. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual,

DESPESAS são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.



Observe que as distribuições aos detentores não entram na definição de despesa. A distribuição de dividendos, por exemplo, é uma distribuição de recursos em que há um aumento do passivo e redução do patrimônio líquido, porém não é considerado uma despesa.

Gabarito: B

7. (Inédita) Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

I – A capacidade de verificação é uma característica qualitativa de melhoria que ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar.

II – Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

III – Para que exista passivo, três critérios devem obrigatoriamente ser satisfeitos: a entidade tem uma obrigação; a obrigação é de transferir um recurso econômico; e a obrigação é uma obrigação passada que existe como resultado de eventos futuros.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Comentários

I – **Certo.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

2.23 Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade de informações que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar. As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno.

2.30 A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna. Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.

II – **Certo.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

4.3 Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

4.4 Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

III – **Errado.** Segundo a NBC TG 00 (R2),

4.26 Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

4.27 Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:



- (a) a entidade tem uma obrigação;
- (b) a obrigação é de transferir um recurso econômico; e
- (c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados.

Gabarito: B

8. (Inédita) A NBC TG 00 (R2) estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre o reconhecimento e desreconhecimento dos elementos patrimoniais e de resultado. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – Somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

II – Nem todos os itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial.

III – Para o ativo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido.

Está(ão) correto(s):

- a) III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e III.

Comentários

I – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

5.6 Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Similarmente, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.

II – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

5.6 Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Similarmente, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.

III – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

5.26 Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade. O desreconhecimento normalmente ocorre quando esse item não atende mais à definição de ativo ou passivo:

(a) para o ativo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido; e



(b) para o passivo, o desreconhecimento normalmente ocorre quando a entidade não possui mais uma obrigação presente pela totalidade ou parte do passivo reconhecido.

Gabarito: D

9. (Inédita) Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

I – Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.

II – Excluir informações sobre fenômenos complexos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

III – Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Comentários

I – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna. Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.

II – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis. Alguns fenômenos são inerentemente complexos e pode não ser possível tornar a sua compreensão fácil. Excluir informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

III – **Errado**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo.



Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. **Comparabilidade** é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.

Gabarito: B

10. (Inédita) A NBC TG 00 (R2) estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre a mensuração dos elementos patrimoniais e de resultado. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – A NBC TG 00 (R2) divide as bases de mensuração em dois grupos: custo histórico e valor atual, esta por sua vez, subdividida em: valor justo, valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos e custo corrente.

II – O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo menos custos de transação.

III – O valor justo não reflete os custos de transação que seriam incorridos na alienação final do ativo ou na transferência ou liquidação do passivo.

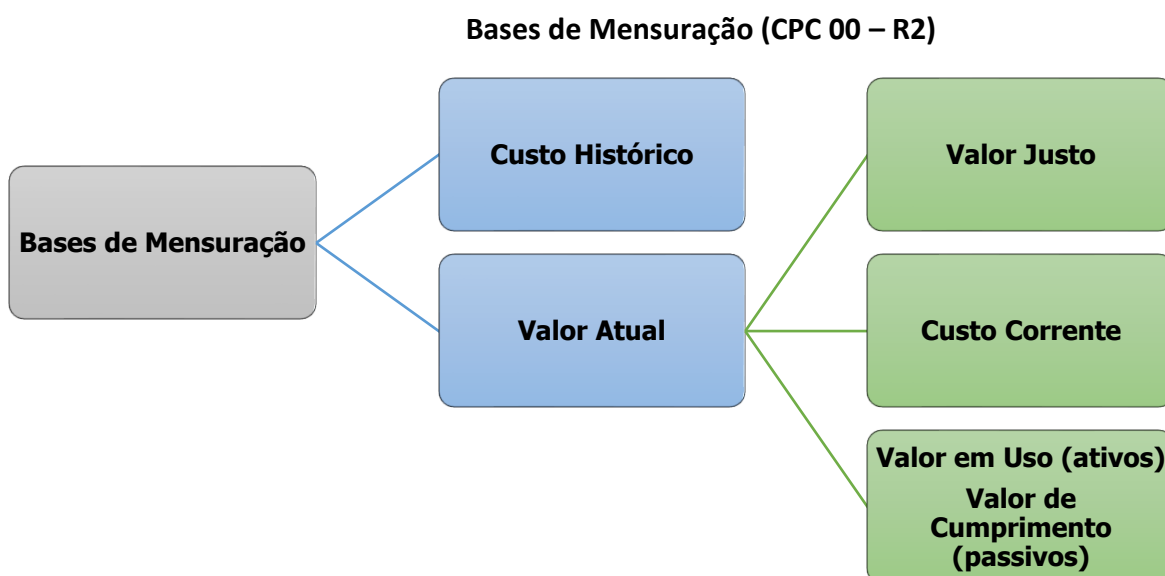
Está(ão) correto(s):

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.

Comentários

I – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

Observa-se que o CPC 00 (R2) dividiu as bases de mensuração em dois grupos: **custo histórico e valor atual**, esta por sua vez, subdividida em: valor justo, valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos e custo corrente.

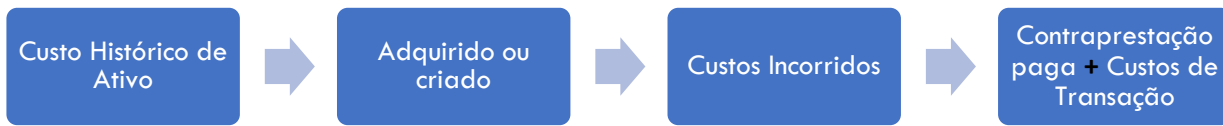


II – **Errado**. Segundo a NBC TG 00 (R2),



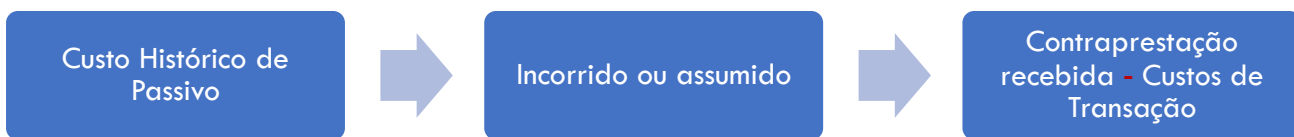
O **custo histórico de ativo** quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo **mais** custos de transação.

Custo Histórico de Ativo



O **custo histórico de passivo** quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo **menos** custos de transação.

Custo Histórico de Passivo



III – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2), valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.



*Como o valor justo não é derivado, mesmo em parte, do preço da transação ou de outro evento que deu origem ao ativo ou passivo, o valor justo **não** é aumentado pelos custos de transação incorridos ao adquirir o ativo e **não** é diminuído pelos custos de transação incorridos quando o passivo é incorrido ou assumido.*

Além disso, o valor justo **não** reflete os custos de transação que seriam incorridos na alienação final do ativo ou na transferência ou liquidação do passivo.

Gabarito: B

11. (Inédita) Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

- I – A aplicação das características qualitativas de melhoria é um processo iterativo que não segue uma ordem prescrita
- II – A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. O exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas.
- III – A informação é relevante e possui fidedignidade se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais

tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta.

Está(ão) correto(s):

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

Comentários

I – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

2.38 A aplicação das características qualitativas de melhoria é um processo iterativo que não segue uma ordem prescrita. Algumas vezes, a característica qualitativa de melhoria pode ter de ser diminuída para maximizar outra característica qualitativa de melhoria. Por exemplo, a redução temporária na comparabilidade como resultado da aplicação prospectiva de novo pronunciamento pode ser vantajosa para aumentar a relevância ou a representação fidedigna em longo prazo. Divulgações apropriadas podem compensar parcialmente a não comparabilidade.

II – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

- **2.16 A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas. Essas divulgações distorcidas podem levar à superavaliação ou subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.**

III – **Errado**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

2.11 A informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais (ver item 1.5) tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta.

Gabarito: B

12. (Inédita) A NBC TG 00 (R2) estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre as bases de mensuração dos elementos patrimoniais e de resultado. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.

II – Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.



III – Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

Está(ão) correto(s):

- a) III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e III.

Comentários

I – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

6.5 O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação.

II – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

6.17 Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final. Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação. Esses valores de caixa ou outros recursos econômicos incluem não somente os valores a serem transferidos à contraparte do passivo, mas também os valores que a entidade espera ser obrigada a transferir a outras partes de modo a permitir que ela cumpra a obrigação.

III – **Certo**. Segundo a NBC TG 00 (R2),

6.17 Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final. Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação. Esses valores de caixa ou outros recursos econômicos incluem não somente os valores a serem transferidos à contraparte do passivo, mas também os valores que a entidade espera ser obrigada a transferir a outras partes de modo a permitir que ela cumpra a obrigação.

Gabarito: D

13. (Inédita) Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

I – Contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.



II – O reconhecimento de receita ocorre ao mesmo tempo que o reconhecimento inicial do ativo, ou aumento no valor contábil do ativo; ou o desreconhecimento do passivo, ou diminuição no valor contábil do passivo.

III – O reconhecimento inicial de ativos ou passivos decorrentes de transações ou outros eventos pode resultar no reconhecimento simultâneo tanto de receitas como das respectivas despesas.

Está(ão) correto(s):

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

Comentários

I – **Certo**. Trata-se de um termo novo previsto pela NBC TG 00 – Estrutura Conceitual em sua última revisão, vigente a partir de 2020. Segundo a Norma, contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.

O contrato executório estabelece o direito combinado com a obrigação de trocar recursos econômicos. O direito e a obrigação são interdependentes e não podem ser separados. Assim, o direito e a obrigação combinados constituem um único ativo ou passivo. A entidade tem um ativo se os termos da troca são atualmente favoráveis; tem um passivo se os termos da troca são atualmente desfavoráveis.

II – **Certo**. A EC explica que as demonstrações estão vinculadas porque o reconhecimento de item (ou mudança em seu valor contábil) exige o reconhecimento ou desreconhecimento de um ou mais outros itens (ou mudanças no valor contábil de um ou mais outros itens). Por exemplo:

(a) o reconhecimento de receita ocorre ao mesmo tempo que:

- (i) o reconhecimento inicial do ativo, ou aumento no valor contábil do ativo; ou
- (ii) o desreconhecimento do passivo, ou diminuição no valor contábil do passivo;

Veja que o reconhecimento de receita decorre de “coisa boa”, ou seja, aumento de ativo ou diminuição de passivo.

(b) o reconhecimento de despesa ocorre ao mesmo tempo que:

- (i) o reconhecimento inicial do passivo, ou aumento no valor contábil do passivo; ou
- (ii) o desreconhecimento do ativo, ou diminuição no valor contábil do ativo.

Observe que o reconhecimento de despesa decorre de “coisa ruim”, ou seja, diminuição de ativo ou aumento de passivo.

III – **Certo**. A EC informa que o reconhecimento inicial de ativos ou passivos decorrentes de transações ou outros eventos pode resultar no reconhecimento simultâneo tanto de receitas como das respectivas despesas.

Exemplo (CPC 00):

Venda de produtos à vista resulta no reconhecimento de receita (do reconhecimento do ativo – caixa) e da despesa (do desreconhecimento de outro ativo – produtos vendidos).



O reconhecimento simultâneo das receitas e das respectivas despesas, às vezes, é referido como a confrontação entre custos e receitas.

A aplicação dos conceitos da EC leva a essa confrontação quando resulta do reconhecimento de mudanças nos ativos e nos passivos. Contudo, a confrontação entre custos e receitas não é objetivo da EC.

Gabarito: D

14. (Inédita) Acerca das disposições estabelecidas pela NBC TG 00 (R2), julgue os itens a seguir:

I – No contexto da Estrutura Conceitual, reconhecer significa quantificar monetariamente determinado elemento patrimonial.

II – O ativo ou passivo pode existir mesmo se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa.

III – Para que o ativo ou passivo seja reconhecido, ele deve ser mensurado. Em muitos casos, essas mensurações devem ser estimadas e, portanto, estão sujeitas a incerteza na mensuração.

Está(ão) correto(s):

a) III, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I, apenas.

d) I, II e III.

Comentários

I – **Errado**. Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são **quantificados em termos monetários**. Isso exige a seleção de uma base de mensuração.

Observe, portanto, que **mensurar = quantificar monetariamente determinado elemento patrimonial**.

Segundo a EC, a base de mensuração é uma característica identificada – por exemplo, custo histórico, valor justo ou valor de cumprimento – de item sendo mensurado. Aplicar a base de mensuração a ativo ou passivo cria uma mensuração para esse ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas.

II – **Certo**. A NBC TG 00 (R2) informa que **o ativo ou passivo pode existir mesmo se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa**. Nesse caso, as informações mais relevantes sobre o ativo ou passivo podem ser informações sobre a magnitude das possíveis entradas ou saídas, sua época possível e os fatores que afetam a probabilidade de sua ocorrência. A localização típica dessas informações é nas notas explicativas.

III – **Certo**. Nos termos da NBC TG 00 (R2), para que o ativo ou passivo seja reconhecido, ele deve ser mensurado. Em muitos casos, essas mensurações devem ser estimadas e, portanto, estão sujeitas a incerteza na mensuração.

Lembre-se que o uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e não prejudica a utilidade das informações se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa. Mesmo o elevado nível de incerteza na mensuração não impede, necessariamente, essa estimativa de fornecer informações úteis.

Gabarito: B

15. (Inédita) Sobre as disposições da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (NBC TG 00 – R2), analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.



I – As informações financeiras devem ser úteis. Para tanto, devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar.

II – A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão subavaliados e passivos e despesas não estão superavaliados.

III – Os relatórios financeiros para fins gerais apresentam o valor da entidade que reporta, de modo a auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores nas suas decisões.

Estão corretos:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

Comentário:

I – **Certo**. Nos termos da Estrutura Conceitual,

Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

II – **Errado**. Segundo a EC, a **neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência**. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados.

III – **Errado**. A EC destaca que relatórios financeiros para fins gerais **não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta**, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.

Gabarito: A

16. (Inédita) Considerando o disposto na NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, assinale a opção que não indica uma característica qualitativa da informação:

- a) representação fidedigna
- b) comparabilidade
- c) confiabilidade
- d) verificabilidade

Comentários

Todas as opções com exceção da opção “C” (confiabilidade) indicam características qualitativas previstas atualmente na Estrutura Conceitual.

Gabarito: C

17. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-AL/2020) Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG), julgue os próximos itens:



Uma das características qualitativas fundamentais da informação financeira é a representação fidedigna, que preconiza que as informações financeiras sejam representações fieis da forma legal dos fenômenos que ela se propõe a representar.

Comentários

Segundo a EC,

Relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. Se não forem as mesmas, fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico.

Gabarito: Errado

18. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) No que se refere às características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, julgue o item seguinte.

Para ser útil, a informação contábil deve, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada: nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, nem a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

Comentários

Segundo a EC, **para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar.** Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

Gabarito: Certo

19. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Com relação aos conceitos de ativos, passivos e patrimônio líquido, julgue o item a seguir.

Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência subjacente e sua realidade econômica, e não apenas para sua forma legal.

Comentários

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

Segundo a EC,

relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. Se não forem as mesmas, fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico.



Nesse trecho do CPC 00 (R2) temos o postulado básico da Primazia da Essência sobre a Forma.

Gabarito: Certo

20. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Considerando os conceitos de receita, despesa, ganhos e perdas, julgue o próximo item.

Ganhos representam outros itens que se enquadram na definição de receita e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando aumentos nos benefícios econômicos, e, como tais, não diferem, em natureza, das receitas.

Comentários

Apesar da nova redação da Estrutura Conceitual não trazer essa perspectiva de maneira expressa, considerando a essência da definição de receita e, ainda, os demais CPCs, podemos afirmar que os ganhos são reconhecidos como receitas.

A redação dessa questão tomou como base a revisão 1, exigência literal.

Gabarito: Certo

21. (CESPE/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRE-BA/2017) De acordo com a estrutura conceitual do CPC, assinale a opção que apresenta as características qualitativas fundamentais da informação contábil.

- a) conservadorismo e neutralidade
- b) relevância e representação fidedigna
- c) comparabilidade e verificabilidade
- d) tempestividade e compreensibilidade
- e) confiabilidade e prudência

Comentários

As características qualitativas fundamentais são: relevância e representação fidedigna.

Característica	Conceito
Relevância	Informação financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Devem possuir valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos .
Representação Fidedigna	Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro (isenta de erros) .

Gabarito: B

22. (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-BA/2017) Previstas na estrutura conceitual, as características qualitativas de melhoria da informação contábil incluem, além de comparabilidade,

- a) materialidade, representação fidedigna e verificabilidade.
- b) compreensibilidade, relevância, representação fidedigna.
- c) compreensibilidade, verificabilidade e tempestividade.



- d) compreensibilidade, representação fidedigna e representatividade.
- e) confiabilidade, tempestividade e verificabilidade

Comentários

As características qualitativas de melhoria são: comparabilidade, compreensibilidade, capacidade de verificação (verificabilidade) e tempestividade.

Características Qualitativas de Melhoria

Característica	Conceito
Comparabilidade	Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
Capacidade de Verificação	Significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao <u>consenso</u> , embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.
Tempestividade	Significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. Quanto mais antiga a informação, menos útil ela é.
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.

Gabarito: C

23. (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-TO/2017) De acordo com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), todo e qualquer elemento patrimonial que se enquadre na definição de ativo deve

- a) ter a forma legal de um bem ou direito.
- b) ter custo ou valor mensurável monetariamente.
- c) estar associado a um direito de propriedade.
- d) resultar de transações ou eventos passados.
- e) ter forma física.

Comentários

Questão simples que exige a definição de ativo:

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

As demais opções (exceto a "B") apresentam características dispensáveis para que um elemento seja enquadrado na definição de ativo. A opção "B" nos retorna um dos requisitos para o reconhecimento de ativo.



Gabarito: D

24. (CESPE/Perito Criminal/Ciências Contábeis/2016) As decisões dos usuários da informação contábil implicam, muitas vezes, a escolha entre alternativas, como vender ou manter um investimento, ou, ainda, investir em uma entidade ou em outra. Conforme a Estrutura Conceitual, essa necessidade dos usuários reforça, em especial, a importância da característica qualitativa de melhoria denominada

- a) comparabilidade.
- b) compreensibilidade.
- c) representação fidedigna.
- d) relevância.
- e) verificabilidade.

Comentários

As decisões dos usuários envolvem escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter o investimento, ou investir em uma ou outra entidade que reporta. Consequentemente, informações sobre a entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a informações similares sobre outras entidades e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. A comparação exige, no mínimo, dois itens.

Gabarito: A

25. (CESPE/Contador/DPU/2016) Deve-se reconhecer um passivo caso haja uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação resultará na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual,

PASSIVO é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Do exposto, percebe-se que a questão está errada.

Gabarito: Errado

26. (CESPE/Contador/DPU/2016) Perdas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, portanto não são enquadradas como despesas, visto que despesas têm origem em atividades usuais da entidade e perdas, em atividades não usuais.

Comentários

As perdas são enquadradas sim como despesas. Apesar da nova redação da Estrutura Conceitual não trazer essa perspectiva de maneira expressa, considerando a essência da definição de despesa e, ainda, os demais CPCs, podemos afirmar que as perdas são reconhecidas como despesas.

Perdas incluem, por exemplo, as que resultam de sinistros como incêndio e inundações, assim como as que decorrem da venda de ativos não circulantes. Vale destacar que mesmo as perdas não realizadas se



enquadram na definição de despesa. Por exemplo, as que surgem dos efeitos dos aumentos na taxa de câmbio de moeda estrangeira com relação aos empréstimos da entidade a pagar em tal moeda.

Gabarito: Errado

27. (CESPE/Contador/DPU/2016) Um imóvel arrendado poderá ser reconhecido como ativo contábil pela empresa arrendatária caso a entidade passe a controlar os benefícios econômicos esperados desse bem.

Comentários

Perfeito! Segundo o conceito de ativo disposto na Estrutura Conceitual,

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

Conforme estudamos, essa definição possui três termos que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: **gerar benefício econômico futuro, ser controlado pela entidade e ser resultante de um evento ocorrido no passado**. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir as três condições em conjunto.

Gabarito: Certo

28. (CESPE/Secretário Executivo/FUB/2013) A propriedade é uma característica indispensável para que um elemento patrimonial com potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros para uma entidade seja considerado um ativo pela contabilidade.

Comentários

A propriedade **não** é uma característica indispensável para que um elemento patrimonial com potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros para uma entidade seja considerado um ativo pela contabilidade.

Gabarito: Errado

29. (CESPE/Especialista/Contador/SESA-ES/2011) Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, o contador deve considerar a essência, em detrimento da forma.

Comentários

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

Segundo a EC,

relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. Se não forem as mesmas, fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico.

Nesse trecho do CPC 00 temos o postulado básico da Primazia da Essência sobre a Forma.

Gabarito: Certo



30. (CESPE/Analista/Controle Interno/MPE-PI/2012) A possibilidade de ocorrência de um evento futuro que afete negativamente o patrimônio de uma entidade deve ser registrado como um passivo dessa entidade.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual,

PASSIVO é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Portanto, a possibilidade de ocorrência de um evento futuro que afete negativamente o patrimônio de uma entidade **não** deve ser registrado como um passivo dessa entidade, pois não representa uma obrigação presente.

Gabarito: Errado

31. (CESPE/Especialista/Contador/SESA-ES/2011) Se a empresa tem uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, de cuja liquidação se espera que resulte saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos, tal obrigação deve ser enquadrada como um passivo da entidade.

Comentários

Aplicação direta do conceito de passivo previsto na Estrutura Conceitual.

PASSIVO é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Gabarito: Certo

32. (CESPE/Contador/STM/2010) Patrimônio líquido é o conjunto de recursos controlados e utilizados pela entidade, fruto de suas transações passadas e cujo objetivo é a geração de benefícios futuros.

Comentários

Essa é a definição de ativo e não do patrimônio líquido. Segundo a Estrutura Conceitual,

PATRIMÔNIO LÍQUIDO é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Perceba que essa definição mostra o patrimônio líquido em função das definições de ativo e passivo. Sendo assim, podemos afirmar que se trata de uma **definição residual**.

Gabarito: Errado

33. (CESPE/Especialista/Contador/SESA-ES/2011) Receitas são definidas como aumentos nos benefícios econômicos, durante o período contábil, que resultem em aumento do patrimônio líquido, sob a forma de entrada de recursos provenientes de aumento de ativos ou de diminuição de passivos ou, ainda, de aporte dos proprietários da empresa.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual,



RECEITAS são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Atenção! Aporte dos proprietários da empresa não é receita! A integralização de capital, por exemplo, é um aporte de recursos em que há um aumento do ativo e do patrimônio líquido, porém não é considerado uma receita.

Gabarito: Errado

34. (CESPE/Especialista/Contador/SESA-ES/2011) Considerando-se determinados conceitos de manutenção de capital, os aumentos e as diminuições do patrimônio líquido decorrentes de reavaliações ou de atualizações de ativos e passivos enquadram-se nas definições de receita e de despesa; por isso, devem ser incluídos na demonstração de resultados.

Comentários

Os aumentos e as diminuições do patrimônio líquido decorrentes de reavaliações ou de atualizações de ativos e passivos devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da entidade, por meio da conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Gabarito: Errado

35. (CESPE/Analista Contábil/MEC/2014) De acordo com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, a definição de patrimônio líquido corresponde à equação fundamental do patrimônio, ou seja, representa o valor das contas patrimoniais devedoras, deduzidos os valores das contas patrimoniais credoras.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual,

PATRIMÔNIO LÍQUIDO é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Gabarito: Errado

36. (CESPE/Secretário Executivo/FUB/2013) A consistência é uma prática que tem auxiliado a contabilidade a alcançar a comparabilidade, que representa uma das características qualitativas recomendadas para a melhoria da utilidade da informação contábil.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual,

Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.

Gabarito: Certo



37. (CESPE/Analista/Controle Interno/MPE-PI/2012) A aplicação da orientação de prevalência da essência sobre a forma implica analisar se a natureza administrativa dos eventos a contabilizar está devidamente representada pelo instrumento formal.

Comentários

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. Assim, **a aplicação da orientação de prevalência da essência sobre a forma implica analisar a real natureza dos eventos a contabilizar (sua essência) independentemente do instrumento formal adotado.**

Gabarito: Errado

38. (CESPE/Contador/SEDUC-AM/2011) Segundo o conceito financeiro de capital, o capital de uma empresa é representado pela sua situação patrimonial líquida.

Comentários

De acordo com o **conceito de capital financeiro**, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, **o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.**

Segundo o **conceito de capital físico**, tal como capacidade operacional, o capital é considerado como a **capacidade produtiva da entidade** baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.



Capital Financeiro: Ativo líquido ou patrimônio líquido.

Capital Físico: Capacidade produtiva da entidade.

Gabarito: Certo

39. (CESPE/Contador/SEDUC-AM/2011) De acordo com o conceito físico de capital, capital é a capacidade produtiva fundamentada, por exemplo, nas unidades de produtos finalizadas diariamente.

Comentários

Segundo o **conceito de capital físico**, tal como capacidade operacional, o capital é considerado como a **capacidade produtiva da entidade** baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

Gabarito: Certo

Questão Discursiva

40. (CESPE/Analista/Contabilidade e Finanças/BACEN/2013) Tendo como base o Pronunciamento Conceitual Básico (R1), redija um texto dissertativo em atendimento, ao que se pede a seguir.

- Conceitue capital financeiro e capital físico; [valor: 3,00 pontos]
- Discorra sobre o significado de manutenção de capital; [valor: 3,00 pontos]



- Descreva como é feita a determinação do lucro, segundo os conceitos de manutenção de capital; [valor: 4,00 pontos]

- Discorra sobre a escolha da base de mensuração para a aplicação dos conceitos de manutenção de capital. [valor: 2,00 pontos]

Extensão Máxima: 30 linhas

Comentários

A questão exige conhecimentos da Estrutura Conceitual, notadamente, sobre os conceitos de capital e manutenção do capital. Segundo o comando da questão, devem ser abordados quatro pontos. Assim, tendo em vista o espaço disponível de 30 linhas, a melhor estratégia seria ir direto ao ponto, pois não há espaço para introduzirmos o assunto, muito menos para elaborarmos conclusão. Nesse sentido, vejamos uma possível resposta, coerente com o espaço disponível.

Proposta de Solução

Segundo o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade. De acordo com o conceito de capital físico, tal como a capacidade operacional, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

O significado de manutenção de capital está relacionado com a forma pela qual a entidade define o capital que ela procura manter. Ele representa um elo entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro, pois fornece um ponto de referência para medição do lucro; é uma condição essencial para distinção entre o retorno sobre o capital da entidade e a recuperação do capital.

Segundo o conceito de manutenção do capital financeiro, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Por fim, quanto à escolha da base de mensuração para a aplicação dos conceitos de manutenção de capital a Estrutura Conceitual define que o conceito de manutenção do capital físico requer a adoção do custo corrente como base de mensuração. O conceito de manutenção do capital financeiro, entretanto, não requer o uso de uma base específica de mensuração. A escolha da base conforme este conceito depende do tipo de capital financeiro que a entidade está procurando manter.

41. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-PR) Sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, considere:

I. A estrutura conceitual aplica-se à forma e ao conteúdo das informações adicionais fornecidas para atender às necessidades da administração da empresa.

II. O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

III. As demonstrações contábeis são preparadas com base no pressuposto de que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação, nem reduzir materialmente a escala das suas operações.



IV. As informações sobre assuntos complexos que dificultam a compreensibilidade para alguns usuários da contabilidade devem ser excluídas das demonstrações contábeis.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

Comentários

Item I – Errado. A estrutura conceitual não é utilizada para atender às necessidades da administração da empresa, mas às necessidades dos usuários externos.

Item II – Certo. As Demonstrações contábeis objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Item III – Certo. Segundo a Estrutura Conceitual,

As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada.

Item IV – Errado. Segundo a Estrutura Conceitual,

Alguns fenômenos são inerentemente complexos e pode não ser possível tornar a sua compreensão fácil. Excluir informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

Gabarito: B

42. (FCC/Técnico de Controle Externo/TCE-SE/2011) Ativo é definido na estrutura conceitual da contabilidade como um recurso

- a) de propriedade da entidade, utilizado em suas atividades operacionais, independentemente do fluxo de caixa que este venha a gerar.
- b) do qual se espera apenas uma saída próxima de recursos da entidade para o seu pagamento.
- c) adquirido à vista pela entidade.
- d) controlado pela entidade e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros.
- e) que não pode ser distribuído aos proprietários da entidade como restituição do capital.

Comentários



Segundo a Estrutura Conceitual,

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

Gabarito: D

43. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TJ-SE/2009) De acordo com a estrutura conceitual contábil, considere:

I. Todos os bens adquiridos pela empresa devem ser registrados no balanço patrimonial, nos grupos de ativos.

II. As despesas devem ser reconhecidas no resultado da empresa, considerando-se a sua associação direta com a receita gerada.

III. O conceito físico de manutenção de capital pressupõe a manutenção dos montantes financeiros dos ativos líquidos existentes no início do período e no final do período do Balanço Patrimonial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

Comentários

Item I – Errado. Nem todos os bens adquiridos pela empresa devem ser registrados no balanço patrimonial, nos grupos de ativos, somente aqueles que atenderem o disposto na Estrutura Conceitual.

Item II – Certo. As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado com base na associação direta entre elas e os correspondentes itens de receita. Segundo a EC,

O reconhecimento inicial de ativos ou passivos decorrentes de transações ou outros eventos pode resultar no reconhecimento simultâneo tanto de receitas como das respectivas despesas. Por exemplo, a venda de produtos à vista resulta no reconhecimento de receita (do reconhecimento do ativo – caixa) e da despesa (do desconhecimento de outro ativo – produtos vendidos). O reconhecimento simultâneo das receitas e das respectivas despesas, às vezes, é referido como a confrontação entre custos e receitas. A aplicação dos conceitos nesta Estrutura Conceitual leva a essa confrontação quando resulta do reconhecimento de mudanças nos ativos e nos passivos. Contudo, a confrontação entre custos e receitas não é objetivo desta Estrutura Conceitual. Esta Estrutura Conceitual não permite o reconhecimento no balanço patrimonial de itens que não atendam à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido.

Item III – Errado. O item refere-se à manutenção do capital financeiro.

Lembre-se:



Manutenção do capital financeiro: De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Manutenção do capital físico: De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Gabarito: D

44. (CONSULPLAN/Exame de Suficiência CFC/2018.1) As características qualitativas da informação contábil-financeira útil traduzem os tipos de informação requeridas e consideradas mais úteis pelos usuários (investidores, credores por empréstimos, governo, funcionários, entre outros), existentes ou em potencial, para tomada de decisões acerca da entidade analisada. Nesse contexto, para ser útil a informação contábil-financeira necessita ser relevante e representar fidedignamente o que se propõe a representar e a utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. De acordo com essa breve contextualização, analise as afirmativas, referentes às características qualitativas da informação contábil útil, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

() Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade contábil-financeira retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.

() Tempestividade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

() A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo.

() Os custos decorrentes da informação devem exceder os benefícios de produzi-la.

A sequência está correta em

a) V, V, V, F.

b) V, V, V, V.

c) V, F, V, F.

d) V, F, V, V.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

(VERDADEIRO) *Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade contábil-financeira retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.*

Trata-se de exigência literal do disposto na Estrutura Conceitual.

(FALSO) *Tempestividade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.*

A assertiva refere-se à **comparabilidade**.



(VERDADEIRO) A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo.

Segundo a Estrutura Conceitual, a capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que **diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna**. Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.

(FALSO) Os custos decorrentes da informação devem exceder os benefícios de produzi-la.

É justamente o contrário. Os custos decorrentes da informação devem ser menores que os benefícios de produzir a informação. Trata-se da restrição do custo-benefício.

Gabarito: C

45. (CONSULPLAN/Exame de Suficiência CFC/2018.1) Analise as asserções a seguir.

I. “Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.”

PORQUE

II. “Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, deve-se atentar para a sua essência subjacente e realidade econômica e não apenas para sua forma legal.”

Assinale a alternativa correta.

- a) As assertivas I e II são falsas.
- b) As assertivas I e II são proposições excludentes.
- c) A assertiva II contraria a ideia expressa na assertiva I.
- d) As duas assertivas são verdadeiras e a segunda afirmativa justifica e complementa a primeira.

Comentários

A assertiva I nos retorna corretamente a definição de ativo presente na Estrutura Conceitual. A assertiva II está relacionada à Primazia da Essência sobre a Forma. Ambas as assertivas se complementam.

Gabarito: D

46. (CONSULPLAN/Exame de Suficiência CFC/2018.1) As características qualitativas de melhoria são atributos que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno. Nesse sentido, pode-se afirmar que fora desse contexto conceitual encontra-se:

- a) Verificabilidade.
- b) Comparabilidade.
- c) Conservadorismo.
- d) Compreensibilidade.



Comentários

As características qualitativas de melhoria são: **comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade**. Logo, conservadorismo não está no rol das características qualitativas.

Gabarito: C

47. (CONSULPLAN/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2017) A Resolução CFC n. 1.374/2011 apresenta, entre outros, os conceitos das características qualitativas da informação contábil-financeira útil; uma destas características é a relevância. Sobre esta característica, a Resolução afirma que uma informação, para ser relevante, deve ter valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. De acordo com a Resolução CFC n. 1.374/2011, a informação contábil-financeira tem valor preditivo se:

- a) Somente for uma predição ou uma projeção.
- b) For confirmada pela informação confirmatória.
- c) Retroalimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).
- d) Puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, informações financeiras têm valor preditivo se **podem ser utilizadas** como informações em processos empregados pelos usuários **para prever resultados futuros**. Informações financeiras não precisam ser previsões ou prognósticos para ter valor preditivo. Informações financeiras com valor preditivo são empregadas por usuários ao fazer suas próprias previsões.

Gabarito: D

48. (COMPERVE - UFRN/Contador Legislativo/CM Currais Novos/2017) Para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) apresenta os principais elementos dessas demonstrações. Nos benefícios econômicos, durante o período contábil, os aumentos e os decréscimos são denominados, respectivamente, de

- a) ativos e passivos.
- b) superávit e déficit.
- c) receitas e despesas.
- d) lucro e prejuízo.

Comentários

O comando da questão refere-se às receitas e despesas.

RECEITAS são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

DESPESAS são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Gabarito: C



49. (COMPERVE - UFRN/Contador Legislativo/CM Currais Novos/2017) As características qualitativas são atributos que tornam as informações contábeis úteis para os seus usuários, viabilizando o cumprimento dos objetivos da informação contábil. As demonstrações contábeis devem apresentar informações que correspondam às necessidades do usuário e que sejam compatíveis com sua base do conhecimento. Essa característica das demonstrações contábeis é denominada

- a) verificabilidade.
- b) relevância.
- c) tempestividade.
- d) compreensibilidade.

Comentários

A deixa para relacionar com a característica qualitativa da compreensibilidade estava na expressão “informação [...] compatíveis com sua base de conhecimento”.

Gabarito: D

50. (VUNESP/Contador/CM Cotia/2017) Segundo a estrutura conceitual contábil, as características qualitativas de melhoria da informação contábil-financeira útil são:

- a) relevância, representação fidedigna, veracidade e tempestividade.
- b) conversibilidade, comparabilidade, concordância e uniformidade.
- c) publicidade, equidade, acuracidade e fidedignidade.
- d) comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.
- e) equidade, comparabilidade, veracidade e materialidade.

Comentários

Para fixar!

Características Qualitativas de Melhoria

Característica	Conceito
Comparabilidade	Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
Capacidade de Verificação	Significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso , embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.
Tempestividade	Significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. Quanto mais antiga a informação, menos útil ela é.
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.



Gabarito: D

51. (COMPERVE-UFRN/Analista/Contabilidade/MPE-RN/2017) O Pronunciamento Conceitual Básico, que define a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, tem apenas uma premissa subjacente, a partir da qual são emanadas todas as normas contábeis aplicadas no Brasil. Essa premissa é a da

- a) continuidade.
- b) competência.
- c) oportunidade.
- d) materialidade.

Comentários

Na revisão 1 do CPC 00 tínhamos como “premissa subjacente” a continuidade. Esse termo não mais está mais previsto no CPC 00 (R2), mas em essência nada mudou, senão vejamos:

As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada.

Gabarito: A

52. (COMPERVE-UFRN/Analista/Contabilidade/MPE-RN/2017) Analise a tirinha reproduzida a seguir:



Constata-se que a tirinha apresenta uma crítica à compreensibilidade, a qual, na atual Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, é classificada como uma

- a) característica qualitativa de melhoria da informação contábil-financeira.
- b) característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira.
- c) convenção contábil.
- d) propriedade contábil.

Comentários

Tranquilo, não é mesmo? A compreensibilidade é uma característica qualitativa de melhoria.



Gabarito: A

53. (UFG/Técnico/Contabilidade/2017) Quando a informação for omitida ou oferecida de maneira distorcida e essa informação puder influenciar decisões que os usuários tomam com base nas informações contábeis, trata-se da característica qualitativa fundamental da

- a) Representação fidedigna.
- b) Relevância.
- c) Comparabilidade.
- d) Compreensibilidade.

Comentários

Apesar da péssima redação da questão, ela se refere à materialidade e indiretamente à relevância, tendo em vista que a materialidade é um aspecto da relevância.

Gabarito: B

54. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2017.2) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Considerando-se essa afirmativa, julgue os itens relativos aos ativos, passivos e ao patrimônio líquido como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

- I. Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.
- II. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- III. Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, V, V.
- d) V, F, F.

Comentários

Para fixar! Os três itens descrevem as definições de ativo, passivo e PL segundo a revisão 1. Conforme estudamos, essas definições tiveram uma nova redação, mas na essência os atributos permanecem os mesmos.

Gabarito: C



55. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2017.2) A NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, ao dispor sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, estabelece que, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

Com relação a essas características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

I. A informação contábil-financeira relevante é apenas aquela cujo montante monetário é elevado.

II. Informação contábil-financeira relevante apresenta valor preditivo, confirmatório ou ambos.

III. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos: ser completa, neutra e livre de erro.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, V.
- b) F, F, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, F.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

I – **Falso**. Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem **valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos**.

II – **Verdadeiro**. Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem **valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos**. E o que significa valor preditivo e confirmatório?

Valor Preditivo: informações financeiras têm valor preditivo se **podem ser utilizadas** como informações em processos empregados pelos usuários **para prever resultados futuros**. Informações financeiras não precisam ser previsões ou prognósticos para ter valor preditivo. Informações financeiras com valor preditivo são empregadas por usuários ao fazer suas próprias previsões.

Valor Confirmatório: Informações financeiras têm valor confirmatório se **fornece feedback sobre (confirmam ou alteram) avaliações anteriores**.

III – **Verdadeiro**. Segundo a EC, para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro**.

Gabarito: A

56. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2017.2) De acordo com o que define a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, em relação às características qualitativas de melhoria das informações contábeis, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Comparabilidade permite que os diferentes usuários das informações contábeis identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

b) A Verificabilidade indica que a entidade deve fornecer informações exclusivas aos diferentes usuários da informação contábil, de acordo com os seus interesses.



c) Compreensibilidade consiste em classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão tornando-a compreensível.

d) Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

Comentários

Típica questão sobre as características qualitativas... se você souber as palavras-chaves de cada conceito não erra nenhuma questão!

Característica	Conceito
Comparabilidade	Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
Capacidade de Verificação	Significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao <u>consenso</u> , embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.
Tempestividade	Significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. Quanto mais antiga a informação, menos útil ela é.
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.

Gabarito: B

57. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.2) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, no que se refere à inclusão na definição de Ativo, analise as condições apresentadas nos itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Recurso com característica tangível.
- II. Recurso controlado pela entidade.
- III. Recurso de propriedade da entidade.
- IV. Recurso do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade.
- V. Recurso resultante de eventos passados.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, são condições necessárias para o reconhecimento do Ativo os requisitos apresentados apenas nos itens:

- a) I e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, IV e V.
- d) III e V.

Comentários



Segundo a Estrutura Conceitual,

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

Logo, são condições necessárias para o reconhecimento do Ativo os requisitos apresentados apenas nos itens II, IV e V.

Gabarito: C

58. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.2) De acordo com a definição de Ativo, constante na NBC TG Estrutura Conceitual, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Um bem do imobilizado que não tenha mais condição de ser usado e nenhum interesse do mercado por sua aquisição, sob qualquer forma, deve ser mantido no Ativo até que seja descartado fisicamente.

II. Bens sob arrendamento financeiro não devem ser reconhecidos nas demonstrações do arrendatário, mas nas demonstrações do arrendador, devido ao fato de não haver ocorrido a transferência legal do bem, sendo facultado ao arrendatário apenas o seu uso e, não, a possibilidade de vendê-lo até que se obtenha a propriedade.

III. A alteração no uso de um ativo pode provocar alteração na sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Esse fato, todavia, não deve ensejar revisão de seu valor recuperável, uma vez que não lhe foi provocado nenhum dano, e os ativos são mensurados com base no custo histórico.

IV. Considerando-se que um dos principais recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros são os conhecimentos das pessoas e ainda que, atualmente, há possibilidade de se reconhecerem ativos intangíveis. Se uma determinada empresa tiver desenvolvido uma equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado, que lhe permita gerar diferencial competitivo, deve reconhecer esse item em seu ativo, já que é resultado de eventos passados.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, V, V.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual,

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

De posse do conhecimento do conceito de ativo, vamos analisar as assertivas.

I. **Errado.** Como o bem não possui mais condição de ser usado e não há nenhum interesse do mercado por sua aquisição, a entidade **não espera que resultem futuros benefícios econômicos**. Logo, não deve constar como ativo, pois um dos requisitos do conceito (futuro benefício econômico) não está presente.



II. **Errado.** Bens sob arrendamento financeiro, devem ser registrados no ativo da entidade. Lembre-se que a propriedade não é requisito essencial para o reconhecimento de um ativo. Basta que o bem seja controlado pela entidade (além, claro dos demais requisitos conceituais). Vimos na parte teórica o seguinte:

Controle: o controle vincula um recurso econômico à entidade. Segundo a EC, a entidade controla um recurso econômico se ela tem a capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e obter os benefícios econômicos que podem fluir dele. Controle inclui a capacidade presente de impedir outras partes de direcionar o uso do recurso econômico e de obter os benefícios econômicos que podem fluir dele. Ocorre que, se uma parte controla um recurso econômico, nenhuma outra parte controla esse recurso.

Logo, no caso do item, independente da propriedade não ser da empresa, os riscos e o controle são e, portanto, deve ser reconhecido como ativo nas demonstrações do arrendatário.

III. **Errado.** A reavaliação ou a atualização de ativos e passivos dão margem a aumentos ou diminuições do patrimônio líquido. Embora tais aumentos ou diminuições se enquadrem na definição de receitas e de despesas, sob certos conceitos de manutenção do capital, eles não são incluídos na demonstração do resultado. Em vez disso, tais itens são incluídos no patrimônio líquido como ajustes para manutenção do capital ou reservas de reavaliação.

IV. **Errado.** Assertiva capciosa que extrapola o simples conhecimento da Estrutura Conceitual. Para ser classificado como ativo intangível, o elemento (no caso o capital intelectual) deve, além da definição de ativo, ser **identificável**, conforme disposto na NBC TG 04. Segundo essa Norma, para que um ativo intangível seja identificável, é necessário que seja separável, podendo ser negociado de forma individual, e resultar de direitos contratuais. Ademais, **para reconhecimento de um ativo há que se ter confiabilidade da avaliação. Assim, quando não se pode fazer uma mensuração confiável, o recurso econômico não é considerado como ativo, mesmo que satisfaça aos outros quesitos.** Veja nesse sentido a excelente lição de Niyama e Silva¹ (2013), com grifos nossos:

*Para visualizar a aplicação dessas regras de reconhecimento, considere, a título de exemplo, o caso dos recursos humanos de uma entidade. Em primeiro lugar, é interessante notar que os mesmos satisfazem à definição de ativo: irão gerar benefício econômico no futuro, o fruto do serviço prestado está sob controle da entidade e é resultante de eventos passados, nesse caso o contrato de trabalho assinado. Além de satisfazer à definição de ativo, os recursos humanos são materiais [valor expressivo], também cumprindo a segunda condição para o reconhecimento. Existe chance de que esses recursos contribuam com o resultado da entidade, cumprindo a terceira condição. **A questão da contabilização dos recursos humanos esbarra na confiabilidade da medida utilizada. Na maioria dos casos, é muito difícil determinar como proceder à avaliação dos recursos humanos pela dificuldade de relacionar esse ativo com um valor monetário.***

Logo, percebe-se que o reconhecimento da equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado no ativo da entidade não merece prosperar, pelos motivos acima expostos.

Gabarito: A

59. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as características qualitativas são atributos que tornam as demonstrações contábil-financeiras úteis para seus usuários. Assinale a opção que apresenta as Características Qualitativas de Melhoria.

¹ NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2013.



- a) comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.
- b) compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.
- c) relevância, materialidade, comparabilidade e compreensibilidade.
- d) tempestividade, confiabilidade, relevância e comparabilidade.

Comentários

Questão bem tranquila. Trata-se de um conhecimento básico. Não podemos ir para uma prova de Contabilidade sem saber as características qualitativas previstas na Estrutura Conceitual. Lembre-se:

Característica	Conceito
Comparabilidade	Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
Verificabilidade	Ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.
Tempestividade	Significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

Gabarito: A

60. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que apresenta o tratamento contábil CORRETO à situação descrita.

- a) Uma Sociedade Comercial efetuou um pedido de fornecimento de mercadorias ao fornecedor, adiantando 20% do valor. As mercadorias serão fabricadas e entregues pelo fornecedor no mês seguinte. Tendo em vista que existe a intenção de adquirir as mercadorias, 100% do pedido foi registrado como Estoque de Mercadorias.
- b) Uma sociedade empresária realizou gastos iniciais com um projeto de pesquisa para desenvolver um novo produto. Como não há uma expectativa provável de que o produto é viável e será produzido, o gasto foi registrado como despesa.
- c) Uma Sociedade Empresária recebeu um terreno como doação da prefeitura. O valor de mercado do terreno é de R\$ 1.000.000,00 e satisfaz à definição de Ativo. Como não foi feito nenhum pagamento, o terreno não foi reconhecido como Ativo.
- d) Uma Sociedade Industrial realizou, na qualidade de arrendatária, um contrato de arrendamento mercantil financeiro de uma máquina, para uso na produção. Como a nota fiscal de compra da máquina foi emitida em nome do banco arrecadador, a indústria não reconheceu a máquina em seu ativo.



Comentários

Vamos analisar as alternativas.

a. **Errado.** O procedimento de registrar 100% como estoques está errado. Nesse caso, a empresa deveria executar o seguinte registro:

D – Adiantamento a Fornecedores (ativo)
C – Disponível (ativo)

Quando a empresa receber as mercadorias:

D – Mercadorias (ativo)
C - Adiantamento a Fornecedores (ativo)

b. **Certo.** Somente podemos ativar o gasto, ou seja, reconhecer um ativo na Contabilidade quando for provável a geração de benefícios futuros do novo produto alvo de pesquisa. Logo, enquanto não verificado esse requisito, os gastos iniciais do projeto de pesquisa devem ser reconhecidos no resultado da empresa como despesa.

c. **Errado.** Bem recebidos em doação devem sim ser registrados no ativo.

d. **Errado.** Conforme estudamos,

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

Na ocasião destacamos que a definição de ativo destaca três termos que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: **gerar benefício econômico futuro, ser controlado pela entidade e ser resultante de um evento ocorrido no passado**. Vimos, ainda, o seguinte:

Controle: o controle vincula um recurso econômico à entidade. Segundo a EC, a entidade controla um recurso econômico se ela tem a capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e obter os benefícios econômicos que podem fluir dele. Controle inclui a capacidade presente de impedir outras partes de direcionar o uso do recurso econômico e de obter os benefícios econômicos que podem fluir dele. Ocorre que, se uma parte controla um recurso econômico, nenhuma outra parte controla esse recurso.

Logo, no caso do item, independente da propriedade não ser da empresa, os riscos e o controle são e, portanto, deve ser reconhecido como ativo.

Gabarito: B

61. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, com relação às características qualitativas da informação contábil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A informação necessita, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.



II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

III. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade, no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, e é importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, F.
- b) V, F, V.
- c) F, F, F.
- d) V, V, V.

Comentários

Vamos analisar cada um dos itens:

I – **Verdadeiro**. Segundo a Estrutura Conceitual,

QC4. Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

Observe que as duas características devem estar presentes, ou seja, se uma delas não for atendida (irrelevância ou representação não fidedigna) a informação não é considerada útil pela Estrutura Conceitual, ou seja, não auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

II – **Verdadeiro**. Segundo a Estrutura Conceitual, as características qualitativas de melhoria são: **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade**. Nos termos da Estrutura Conceitual,

Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.

III – **Verdadeiro**. Nos termos da Estrutura Conceitual,

QC35. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e benefícios a considerar.

Gabarito: D

62. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2014.1) Considerando o que dispõe a NBC TG Estrutura Conceitual, a respeito das características qualitativas da informação contábil-financeira útil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.



- I. Para que a informação contábil-financeira seja útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.
- II. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.
- III. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
- IV. Comparabilidade é o mesmo que uniformidade e consistência.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, V.
b) F, F, V, V.
c) V, V, F, F.
d) V, V, V, F.

Comentários

Item I – **Verdadeiro**. Segundo a Estrutura Conceitual,

QC4. Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

Item II – **Verdadeiro**. Segundo a Estrutura Conceitual,

QC4. Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

Item III – **Verdadeiro**. Segundo a Estrutura Conceitual,

QC6. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.

Item IV – **Falso**. Segundo a Estrutura Conceitual,

QC23. Comparabilidade não significa uniformidade. Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes. A comparabilidade da informação contábil-financeira não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes.

Gabarito: D

63. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2014.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos para a entidade além do período contábil corrente, o item será reconhecido como:

- a) Ativo.
b) Despesa.
c) Intangível.



d) Passivo.

Comentários

Um ativo não deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos para a entidade além do período contábil corrente, pois nesse caso o elemento não atende à definição de ativo. Ao invés disso, tal transação deve ser reconhecida como **despesa** na demonstração do resultado.

Gabarito: B

64. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2013.2) Com base na Resolução NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, julgue os itens sobre Manutenção de Capital como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de manutenção de capital físico, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F.

Comentários

Item I – **Verdadeiro**. Segundo a Estrutura Conceitual,

O conceito de capital financeiro (ou monetário) é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade. Segundo o conceito de capital físico, tal como capacidade operacional, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

Item II – **Verdadeiro**. O item refere-se à manutenção do capital físico.

Lembre-se:

Manutenção do capital financeiro: *De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.*



Manutenção do capital físico: De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Item III – **Falso**. Segundo a Estrutura Conceitual,

*De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, quando o capital é definido em termos de capacidade física produtiva, o lucro representa o aumento desse capital ao longo do período. Todas as mudanças de preços afetando ativos e passivos da entidade são vistas, nesse conceito, como mudanças na mensuração da capacidade física produtiva da entidade. Assim sendo, devem ser tratadas como **ajustes para manutenção do capital, que são parte do patrimônio líquido, e não como lucro.***

Gabarito: D

65. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2013.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, é condição necessária à caracterização de uma informação como relevante:

- a) apresentar dados inéditos, não antecipados por outras fontes.
- b) privilegiar a essência sobre a forma, sem, no entanto, descuidar da característica qualitativa da prudência.
- c) ser capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
- d) ser efetivamente utilizada por todos os usuários.

Comentários

A questão exige conhecimentos das características das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, mais precisamente sobre a característica “relevância”. Segundo a EC,

Informações financeiras relevantes são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes.

Gabarito: C

66. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2013.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, as características qualitativas se subdividem em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. NÃO é considerada característica qualitativa de melhoria:

- a) Comparabilidade.
- b) Compreensibilidade.
- c) Conservadorismo.
- d) Tempestividade.

Comentários

De acordo com a EC, as características qualitativas se subdividem em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria, conforme quadros abaixo:

Características Qualitativas Fundamentais



Característica	Conceito
Relevância	Informação financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Devem possuir valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos .
Representação Fidedigna	Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro (isenta de erros) .

Características Qualitativas de Melhoria

Característica	Conceito
Comparabilidade	Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
Verificabilidade	Ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômnicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.
Tempestividade	Significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

Logo, percebe-se que o conservadorismo não é considerado uma característica qualitativa de melhoria.

Gabarito: C

67. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2012.2) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ter as seguintes características qualitativas fundamentais:

- a) comparabilidade e valor justo.
- b) relevância e representação fidedigna.
- c) tempestividade e materialidade.
- d) verificabilidade e objetividade.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, temos as seguintes características qualitativas fundamentais:



Característica	Conceito
Relevância	Informação financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Devem possuir valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos.
Representação Fidedigna	Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser <u>completa</u>, <u>neutra</u> e <u>livre de erro (isenta de erros).</u>

Gabarito: B

68. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) De acordo com a NBC TG – Estrutura Conceitual, são consideradas características qualitativas da informação contábil:

- a) Representação Fidedigna, Conservadorismo e Relevância.
- b) Relevância, Compreensibilidade, e Prudência.
- c) Consistência, Prudência e Compreensibilidade.
- d) Compreensibilidade, Representação Fidedigna e Relevância.

Comentários

Mais uma questão que exige conhecimentos sobre as características qualitativas da informação contábil.

Características Qualitativas Fundamentais → Relevância e Representação Fidedigna

Características Qualitativas de Melhoria → Comparabilidade, Capacidade de verificação, Tempestividade e Compreensibilidade.

Gabarito: D

69. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2012.1) Conforme a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, para que um recurso controlado por uma entidade atenda ao conceito de Ativo, é característica essencial a:

- a) entrega ou promessa futura de entrega de caixa ou outros ativos financeiros para a aquisição.
- b) existência de documento que comprove o direito de propriedade da entidade.
- c) existência de substância física, material e corpórea, avaliada com base em documentação hábil.
- d) expectativa de geração de benefícios econômicos futuros para a entidade.

Comentários

Segundo a EC,

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.



Essa definição possui três termos que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: **gerar benefício econômico futuro**, **ser controlado pela entidade** e **ser resultante de um evento ocorrido no passado**. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir as três condições em conjunto.

Gabarito: D

70. (VUNESP/Contador/Câmara de Itatiba-SP/2015) De acordo com a estrutura básica da contabilidade, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil identificam os tipos de informação que, muito provavelmente, são reputados como os mais úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores existentes ou em potencial, no que diz respeito à tomada de decisões acerca da entidade a que se reportam, com base nas informações contidas em seus relatórios contábil-financeiros.

Nesse sentido, a característica mais importante da informação disponível aos usuários das demonstrações contábeis para suas tomadas de decisões, uma vez que, em geral, a informação mais ultrapassada é a que tem menos utilidade, é a

- a) Prudência.
- b) Oportunidade.
- c) Tempestividade.
- d) Compreensibilidade.
- e) Comparabilidade.

Comentários

Segundo a EC, **Tempestividade** significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. De modo geral, quanto mais antiga a informação, menos útil ela é. Contudo, algumas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo após o final do período de relatório porque, por exemplo, alguns usuários podem precisar identificar e avaliar tendências.

Gabarito: C

71. (VUNESP/Câmara Municipal de São Carlos-SP/2013) A respeito dos conceitos contábeis, especificamente quanto ao relatório contábil e suas informações qualitativas, ao se deparar com a preparação das demonstrações contábeis de uma entidade, o contador deverá levar em consideração vários fatores qualitativos de forma que o leitor dessas demonstrações tenha condição de fazer uma leitura crítica quanto ao comportamento de valores apresentados, tendências do segmento, entre outras informações contábeis e financeiras importantes. Nesse caso, há uma característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, esta não está relacionada com um único item, ou seja, para a leitura se necessita de dois itens. Portanto, considerando essas afirmativas, o contador deverá ter uma atenção para a

- a) tempestividade de informações.
- b) comparabilidade de informações.
- c) compreensibilidade de informações.
- d) verificabilidade de informações.
- e) materialidade das informações.



Comentários

Segundo a EC, as decisões dos usuários envolvem escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter o investimento, ou investir em uma ou outra entidade que reporta. Conseqüentemente, informações sobre a entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a informações similares sobre outras entidades e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. A comparação exige, no mínimo, dois itens.

Gabarito: B

72. (VUNESP/Câmara Municipal de São Carlos-SP/2013) As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade e irá manter-se em operação por tempo indeterminado. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Nesse pressuposto, considera-se conceito de ativo como

- a) a característica essencial para a existência de passivo ou que a entidade tenha uma obrigação presente.
- b) a capacidade de geração de despesas e receitas, objetivando geral valor agregado ao patrimônio da entidade.
- c) o benefício econômico futuro incorporado e o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade.
- d) a contrapartida do passivo e fomentador de receita, além de contribuir para os bens e direitos de uma entidade.
- e) bens de natureza operacional, que são utilizados para a manutenção do equilíbrio patrimonial de uma entidade.

Comentários

A única alternativa ligada ao conceito de ativo é a "C". Lembre-se:

ATIVO é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

Gabarito: C

73. (VUNESP/Auditor Pleno/SPTRANS/2012) As características qualitativas da informação contábil-financeira útil, segundo o CPC que divulga a estrutura conceitual da informação contábil, devem ser aplicadas à informação contábil-financeira fornecida pelas demonstrações contábeis, assim como à informação contábil-financeira fornecida por outros meios. Nesse contexto, pode-se mencionar que as características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade, bem como podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno, são:

- a) tempestividade, proatividade, uniformidade e entendimento.



- b) proatividade, materialidade, uniformidade e conformidade.
- c) comparabilidade, flexibilidade, tempestividade e uniformidade.
- d) intempestividade, materialidade, compreensibilidade e entendimento.
- e) comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Comentários

As características qualitativas de melhoria são: **comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade.**

Gabarito: E

74. (VUNESP/Analista de Gestão/Contábil/SPTRANS/2012) De acordo com estrutura conceitual básica da contabilidade e os preceitos das características qualitativas, se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for

- a) comparável, verificável, tempestiva e realizável.
- b) comparável, notável, tempestiva e realizável.
- c) comparável, verificável, tempestiva e compreensível.
- d) confrontável, notável, intempestiva e compreensível.
- e) confrontável, notável, tempestiva e compreensível.

Comentários

Para fixar! As características qualitativas de melhoria são: **comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade.** Segundo a Estrutura Conceitual,

Gabarito: C

75. (VUNESP/Analista de Gestão/Contábil/SPTRANS/2012) Quanto características qualitativas fundamentais da contabilidade, o valor preditivo e o valor confirmatório da informação contábil-financeira estão inter-relacionados. A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor confirmatório. Por exemplo, a informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode ser utilizada como base para prever receitas para anos futuros, também pode ser comparada com previsões de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos anteriores.

Os resultados dessas comparações

- a) auxiliam os usuários a melhorarem os processos utilizados para fazer tais previsões em projeções orçamentárias.
- b) podem auxiliar os usuários a corrigirem e a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais previsões.
- c) corrigem e melhoram os processos que foram utilizados pra fazer tais previsões.
- d) geram informações para melhoria de processos a serem utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.
- e) contribuem com informações para melhoria de processos a serem utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

Comentários



Conforme estudamos, informações financeiras relevantes **são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários**. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes.

E o que é considerado como “capaz de fazer a diferença nas decisões”?

Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem **valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos**. E o que significa valor preditivo e confirmatório?

Valor Preditivo: informações financeiras têm valor preditivo se **podem ser utilizadas** como informações em processos empregados pelos usuários **para prever resultados futuros**. Informações financeiras não precisam ser previsões ou prognósticos para ter valor preditivo. Informações financeiras com valor preditivo são empregadas por usuários ao fazer suas próprias previsões.

Valor Confirmatório: Informações financeiras têm valor confirmatório se **fornece feedback sobre (confirmam ou alteram) avaliações anteriores**.

Gabarito: B

76. (VUNESP/Contador Judiciário/TJM-SP/2011) De acordo com a estrutura conceitual básica da contabilidade, instituída pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e corroborada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que foi determinada após o advento da Lei n. 11.638/07, bem como com a decisão pela convergência da Contabilidade brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo "IASB", pode-se afirmar que as principais características qualitativas das demonstrações contábeis são

- a) tempestividade, representação gráfica, custo x benefício e materialidade.
- b) qualidade, tempestividade, prudência, competência e confiabilidade.
- c) entidade, oportunidade, custo x benefício e compatibilidade.
- d) significância, prudência, competência, compreensibilidade e essência.
- e) compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Comentários

Nessa altura da aula já não tem nem mais graça! As características qualitativas de melhoria são: **comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade**.

Gabarito: E

77. (CESGRANRIO/Profissional Júnior/Liquigás/2014) A Estrutura Conceitual trata das características qualitativas da informação contábil-financeira útil, dividindo-as em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. Nesse contexto, uma das características qualitativas fundamentais, defendida pelo Pronunciamento, é a da

- a) comparabilidade
- b) compreensibilidade
- c) tempestividade
- d) verificabilidade
- e) representação fidedigna

Comentários



As características qualitativas da informação contábil-financeira útil são:

Fundamentais:

Relevância;

Representação Fidedigna.

De Melhoria:

Comparabilidade;

Compreensibilidade;

Capacidade de Verificação;

Tempestividade.

Gabarito: E

78. (CESGRANRIO/ Profissional Básico/Contabilidade/BNDES/2013/Adaptada) A Estrutura Conceitual tem dentre as suas finalidades a de

- a) auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes.
- b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas.
- c) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais.
- d) determinar políticas tributárias.
- e) elaborar e usar estatísticas da renda nacional.

Comentários

A finalidade da Estrutura Conceitual é:

- a) **auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais** de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;
- b) **auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes** quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil; e
- c) **auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.**

Além disso, a Estrutura Conceitual estabelece a base para pronunciamentos que:

- a) **contribuem para a transparência** ao melhorar a **comparabilidade internacional** e a qualidade de informações financeiras, permitindo que os investidores e outros participantes do mercado tomem decisões econômicas fundamentadas;
- b) **reforçam a prestação de contas**, reduzindo a lacuna de informações entre os provedores de capital e as pessoas a quem confiaram o seu dinheiro. Os pronunciamentos baseados nesta Estrutura Conceitual fornecem informações necessárias para **responsabilizar a administração**. Como fonte de informações mundialmente comparáveis, esses Pronunciamentos também são de vital importância para os **reguladores** em todo o mundo;



c) **contribuem para a eficiência econômica**, ajudando os investidores a identificar oportunidades e riscos em todo o mundo, melhorando assim a alocação de capital. Para os negócios, o uso de uma linguagem de contabilidade única e confiável derivada dos Pronunciamentos com base nesta Estrutura Conceitual **diminui o custo do capital e reduz os custos de relatórios internacionais**.

Vamos analisar as opções:

- a. **Certa**. Trata-se de uma das finalidades das demonstrações contábeis elaboradas para usuários externos. Os auditores independentes são usuários externos das demonstrações.
- b. **Errada**. Apesar da avaliação da administração ser uma das finalidades das demonstrações, trata-se de uma finalidade aos usuários internos e não externos.
- c. **Errada**. Mais uma finalidade relacionada aos usuários internos.
- d. **Errada**. Essa alternativa também descreve uma finalidade relacionada aos usuários internos.
- e. **Errada**. Essa não é uma finalidade das demonstrações contábeis.

Gabarito: A

79. (CESGRANRIO/Contador Júnior/Petrobras/2011) Nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, essas demonstrações retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, agrupando-os em classes de acordo com as suas características econômicas, sendo essas classes chamadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira são APENAS os seguintes:

- a) ativo e passivo
- b) ativo, receitas e despesas
- c) ativo, passivo, receitas e despesas
- d) ativo, passivo e patrimônio líquido
- e) passivo e patrimônio líquido

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual,

4.2 As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio do grupamento dos mesmos em classes amplas de acordo com as suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas. A demonstração das mutações na posição financeira usualmente reflete os elementos da demonstração do resultado e as alterações nos elementos do balanço patrimonial. Assim, esta Estrutura Conceitual não identifica qualquer elemento que seja exclusivo dessa demonstração.

Gabarito: D

80. (CESGRANRIO/Contador Júnior/Transpetro/2011) O Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, afirma que as demonstrações contábeis preparadas sob a orientação desse pronunciamento objetivam fornecer informações que sejam úteis. Tais demonstrações contábeis são úteis porque



- a) permitem avaliar as variações patrimoniais, econômicas e financeiras ocorridas no exercício social.
- b) fornecem informações para a tomada de decisão e a avaliação por parte dos usuários em geral.
- c) facilitam a determinação de políticas públicas.
- d) ajudam a desregulamentar as atividades das entidades.
- e) determinam a contenção de investimentos para a aplicação em mercado futuro.

Comentários

Segundo a EC, o objetivo das demonstrações contábeis é **fornecer informações financeiras** sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade que reporta e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

Gabarito: B



LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS

1. (Inédita) Acerca das disposições previstas no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir:

As demonstrações contábeis fornecem informações sobre ativos e passivos – incluindo ativos e passivos não reconhecidos – e patrimônio líquido que existiam no final do período de relatório, ou durante o período de relatório, além das receitas e despesas para o período de relatório.

2. (Inédita) Para ser relevante, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro (isenta de erros).

3. (Inédita) A neutralidade da informação é apoiada pelo exercício da prudência, o qual não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas.

4. (Inédita) Sobre as disposições da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (CPC 00 – R2), analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

I – as informações financeiras devem ser úteis. Para tanto, devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar.

II – a neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas.

III – Os relatórios financeiros para fins gerais apresentam o valor da entidade que reporta, de modo a auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores nas suas decisões.

Estão corretos:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

5. (Inédita) Acerca dos Relatórios Financeiros para Fins Gerais pode-se afirmar, exceto:

a) Os Relatórios Financeiros objetivam fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.

b) Os Relatórios Financeiros não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam os usuários da informação contábil.

c) Os Relatórios Financeiros não se destinam a fornecer o valor da entidade que reporta.

d) Os Relatórios Financeiros não são direcionados a outros grupos.

e) Mesmo podendo obter internamente as informações financeiras de que precisa, a Administração da entidade precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais.



6. (Inédita) Julgue os itens abaixo a respeito da Estrutura Conceitual e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

II. Contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.

III. Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Está(ão) certo(s) o(s) item(ns):

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

7. (Inédita) Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

I – A capacidade de verificação é uma característica qualitativa de melhoria que ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar.

II – Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

III – Para que exista passivo, três critérios devem obrigatoriamente ser satisfeitos: a entidade tem uma obrigação; a obrigação é de transferir um recurso econômico; e a obrigação é uma obrigação passada que existe como resultado de eventos futuros.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

8. (Inédita) A NBC TG 00 (R2) estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre o reconhecimento e desconhecimento dos elementos patrimoniais e de resultado. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – Somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

II – Nem todos os itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial.

III – Para o ativo, o desconhecimento normalmente ocorre quando a entidade perde o controle da totalidade ou de parte do ativo reconhecido.



Está(ão) correto(s):

- a) III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e III.

9. (Inédita) Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

I – Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.

II – Excluir informações sobre fenômenos complexos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

III – Comparabilidade refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

10. (Inédita) A NBC TG 00 (R2) estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre a mensuração dos elementos patrimoniais e de resultado. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – A NBC TG 00 (R2) divide as bases de mensuração em dois grupos: custo histórico e valor atual, esta por sua vez, subdividida em: valor justo, valor em uso de ativos e valor de cumprimento de passivos e custo corrente.

II – O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo menos custos de transação.

III – O valor justo não reflete os custos de transação que seriam incorridos na alienação final do ativo ou na transferência ou liquidação do passivo.

Está(ão) correto(s):

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.

11. (Inédita) Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:



I – A aplicação das características qualitativas de melhoria é um processo iterativo que não segue uma ordem prescrita

II – A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. O exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas.

III – A informação é relevante e possui fidedignidade se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta.

Está(ão) correto(s):

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) I, II e III.

12. (Inédita) A NBC TG 00 (R2) estabelece, entre outros assuntos, aspectos sobre as bases de mensuração dos elementos patrimoniais e de resultado. Sobre o assunto, julgue os itens a seguir:

I – O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.

II – Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.

III – Valor de cumprimento é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

Está(ão) correto(s):

a) III, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I, apenas.

d) I, II e III.

13. (Inédita) Segundo a NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue as assertivas a seguir:

I – Contrato executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.

II – O reconhecimento de receita ocorre ao mesmo tempo que o reconhecimento inicial do ativo, ou aumento no valor contábil do ativo; ou o desreconhecimento do passivo, ou diminuição no valor contábil do passivo.

III – O reconhecimento inicial de ativos ou passivos decorrentes de transações ou outros eventos pode resultar no reconhecimento simultâneo tanto de receitas como das respectivas despesas.

Está(ão) correto(s):

a) II, apenas.



- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

14. (Inédita) Acerca das disposições estabelecidas pela NBC TG 00 (R2), julgue os itens a seguir:

I – No contexto da Estrutura Conceitual, reconhecer significa quantificar monetariamente determinado elemento patrimonial.

II – O ativo ou passivo pode existir mesmo se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa.

III – Para que o ativo ou passivo seja reconhecido, ele deve ser mensurado. Em muitos casos, essas mensurações devem ser estimadas e, portanto, estão sujeitas a incerteza na mensuração.

Está(ão) correto(s):

- a) III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e III.

15. (Inédita) Sobre as disposições da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (NBC TG 00 – R2), analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

I – As informações financeiras devem ser úteis. Para tanto, devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar.

II – A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão subavaliados e passivos e despesas não estão superavaliados.

III – Os relatórios financeiros para fins gerais apresentam o valor da entidade que reporta, de modo a auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores nas suas decisões.

Estão corretos:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

16. (Inédita) Considerando o disposto na NBC TG 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, assinale a opção que não indica uma característica qualitativa da informação:

- a) representação fidedigna
- b) comparabilidade
- c) confiabilidade
- d) verificabilidade

17. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-AL/2020) Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG), julgue os próximos itens:



Uma das características qualitativas fundamentais da informação financeira é a representação fidedigna, que preconiza que as informações financeiras sejam representações fieis da forma legal dos fenômenos que ela se propõe a representar.

18. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) No que se refere às características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, julgue o item seguinte.

Para ser útil, a informação contábil deve, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada: nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, nem a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

19. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Com relação aos conceitos de ativos, passivos e patrimônio líquido, julgue o item a seguir.

Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência subjacente e sua realidade econômica, e não apenas para sua forma legal.

20. (CESPE/Auditor Fiscal/SEFAZ-DF/2020) Considerando os conceitos de receita, despesa, ganhos e perdas, julgue o próximo item.

Ganhos representam outros itens que se enquadram na definição de receita e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando aumentos nos benefícios econômicos, e, como tais, não diferem, em natureza, das receitas.

21. (CESPE/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRE-BA/2017) De acordo com a estrutura conceitual do CPC, assinale a opção que apresenta as características qualitativas fundamentais da informação contábil.

- a) conservadorismo e neutralidade
- b) relevância e representação fidedigna
- c) comparabilidade e verificabilidade
- d) tempestividade e compreensibilidade
- e) confiabilidade e prudência

22. (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-BA/2017) Previstas na estrutura conceitual, as características qualitativas de melhoria da informação contábil incluem, além de comparabilidade,

- a) materialidade, representação fidedigna e verificabilidade.
- b) compreensibilidade, relevância, representação fidedigna.
- c) compreensibilidade, verificabilidade e tempestividade.
- d) compreensibilidade, representação fidedigna e representatividade.
- e) confiabilidade, tempestividade e verificabilidade

23. (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-TO/2017) De acordo com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), todo e qualquer elemento patrimonial que se enquadre na definição de ativo deve

- a) ter a forma legal de um bem ou direito.
- b) ter custo ou valor mensurável monetariamente.
- c) estar associado a um direito de propriedade.
- d) resultar de transações ou eventos passados.



e) ter forma física.

24. (CESPE/Perito Criminal/Ciências Contábeis/2016) As decisões dos usuários da informação contábil implicam, muitas vezes, a escolha entre alternativas, como vender ou manter um investimento, ou, ainda, investir em uma entidade ou em outra. Conforme a Estrutura Conceitual, essa necessidade dos usuários reforça, em especial, a importância da característica qualitativa de melhoria denominada

a) comparabilidade.

b) compreensibilidade.

c) representação fidedigna.

d) relevância.

e) verificabilidade.

25. (CESPE/Contador/DPU/2016) Deve-se reconhecer um passivo caso haja uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação resultará na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

26. (CESPE/Contador/DPU/2016) Perdas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, portanto não são enquadradas como despesas, visto que despesas têm origem em atividades usuais da entidade e perdas, em atividades não usuais.

27. (CESPE/Contador/DPU/2016) Um imóvel arrendado poderá ser reconhecido como ativo contábil pela empresa arrendatária caso a entidade passe a controlar os benefícios econômicos esperados desse bem.

28. (CESPE/Secretário Executivo/FUB/2013) A propriedade é uma característica indispensável para que um elemento patrimonial com potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros para uma entidade seja considerado um ativo pela contabilidade.

29. (CESPE/Especialista/Contador/SESA-ES/2011) Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, o contador deve considerar a essência, em detrimento da forma.

30. (CESPE/Analista/Controle Interno/MPE-PI/2012) A possibilidade de ocorrência de um evento futuro que afete negativamente o patrimônio de uma entidade deve ser registrado como um passivo dessa entidade.

31. (CESPE/Especialista/Contador/SESA-ES/2011) Se a empresa tem uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, de cuja liquidação se espera que resulte saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos, tal obrigação deve ser enquadrada como um passivo da entidade.

32. (CESPE/Contador/STM/2010) Patrimônio líquido é o conjunto de recursos controlados e utilizados pela entidade, fruto de suas transações passadas e cujo objetivo é a geração de benefícios futuros.

33. CESPE/Especialista/Contador/SESA-ES/2011) Receitas são definidas como aumentos nos benefícios econômicos, durante o período contábil, que resultem em aumento do patrimônio líquido, sob a forma de entrada de recursos provenientes de aumento de ativos ou de diminuição de passivos ou, ainda, de aporte dos proprietários da empresa.

34. (CESPE/Especialista/Contador/SESA-ES/2011) Considerando-se determinados conceitos de manutenção de capital, os aumentos e as diminuições do patrimônio líquido decorrentes de reavaliações ou de atualizações de ativos e passivos enquadram-se nas definições de receita e de despesa; por isso, devem ser incluídos na demonstração de resultados.



35. (CESPE/Analista Contábil/MEC/2014) De acordo com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, a definição de patrimônio líquido corresponde à equação fundamental do patrimônio, ou seja, representa o valor das contas patrimoniais devedoras, deduzidos os valores das contas patrimoniais credoras.
36. (CESPE/Secretário Executivo/FUB/2013) A consistência é uma prática que tem auxiliado a contabilidade a alcançar a comparabilidade, que representa uma das características qualitativas recomendadas para a melhoria da utilidade da informação contábil.
37. (CESPE/Analista/Controle Interno/MPE-PI/2012) A aplicação da orientação de prevalência da essência sobre a forma implica analisar se a natureza administrativa dos eventos a contabilizar está devidamente representada pelo instrumento formal.
38. (CESPE/Contador/SEDUC-AM/2011) Segundo o conceito financeiro de capital, o capital de uma empresa é representado pela sua situação patrimonial líquida.
39. (CESPE/Contador/SEDUC-AM/2011) De acordo com o conceito físico de capital, capital é a capacidade produtiva fundamentada, por exemplo, nas unidades de produtos finalizadas diariamente.
40. (CESPE/Analista/Contabilidade e Finanças/BACEN/2013) Tendo como base o Pronunciamento Conceitual Básico (R1), redija um texto dissertativo em atendimento, ao que se pede a seguir.
- Conceitue capital financeiro e capital físico; [valor: 3,00 pontos]
 - Discorra sobre o significado de manutenção de capital; [valor: 3,00 pontos]
 - Descreva como é feita a determinação do lucro, segundo os conceitos de manutenção de capital; [valor: 4,00 pontos]
 - Discorra sobre a escolha da base de mensuração para a aplicação dos conceitos de manutenção de capital. [valor: 2,00 pontos]
- Extensão Máxima: 30 linhas
41. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-PR) Sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, considere:
- I. A estrutura conceitual aplica-se à forma e ao conteúdo das informações adicionais fornecidas para atender às necessidades da administração da empresa.
 - II. O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.
 - III. As demonstrações contábeis são preparadas com base no pressuposto de que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação, nem reduzir materialmente a escala das suas operações.
 - IV. As informações sobre assuntos complexos que dificultam a compreensibilidade para alguns usuários da contabilidade devem ser excluídas das demonstrações contábeis.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a) I e II.
 - b) II e III.
 - c) I, II e III.
 - d) II, III e IV.



e) III e IV.

42. (FCC/Técnico de Controle Externo/TCE-SE/2011) Ativo é definido na estrutura conceitual da contabilidade como um recurso

- a) de propriedade da entidade, utilizado em suas atividades operacionais, independentemente do fluxo de caixa que este venha a gerar.
- b) do qual se espera apenas uma saída próxima de recursos da entidade para o seu pagamento.
- c) adquirido à vista pela entidade.
- d) controlado pela entidade e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros.
- e) que não pode ser distribuído aos proprietários da entidade como restituição do capital.

43. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TJ-SE/2009) De acordo com a estrutura conceitual contábil, considere:

- I. Todos os bens adquiridos pela empresa devem ser registrados no balanço patrimonial, nos grupos de ativos.
- II. As despesas devem ser reconhecidas no resultado da empresa, considerando-se a sua associação direta com a receita gerada.
- III. O conceito físico de manutenção de capital pressupõe a manutenção dos montantes financeiros dos ativos líquidos existentes no início do período e no final do período do Balanço Patrimonial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

44. (CONSULPLAN/Exame de Suficiência CFC/2018.1) As características qualitativas da informação contábil-financeira útil traduzem os tipos de informação requeridas e consideradas mais úteis pelos usuários (investidores, credores por empréstimos, governo, funcionários, entre outros), existentes ou em potencial, para tomada de decisões acerca da entidade analisada. Nesse contexto, para ser útil a informação contábil-financeira necessita ser relevante e representar fidedignamente o que se propõe a representar e a utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. De acordo com essa breve contextualização, analise as afirmativas, referentes às características qualitativas da informação contábil útil, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade contábil-financeira retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.
- () Tempestividade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
- () A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo.
- () Os custos decorrentes da informação devem exceder os benefícios de produzi-la.



A sequência está correta em

- a) V, V, V, F.
- b) V, V, V, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, F, V, V.

45. (CONSULPLAN/Exame de Suficiência CFC/2018.1) Analise as asserções a seguir.

I. “Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.”

PORQUE

II. “Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, deve-se atentar para a sua essência subjacente e realidade econômica e não apenas para sua forma legal.”

Assinale a alternativa correta.

- a) As assertivas I e II são falsas.
- b) As assertivas I e II são proposições excludentes.
- c) A assertiva II contraria a ideia expressa na assertiva I.
- d) As duas assertivas são verdadeiras e a segunda afirmativa justifica e complementa a primeira.

46. (CONSULPLAN/Exame de Suficiência CFC/2018.1) As características qualitativas de melhoria são atributos que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno. Nesse sentido, pode-se afirmar que fora desse contexto conceitual encontra-se:

- a) Verificabilidade.
- b) Comparabilidade.
- c) Conservadorismo.
- d) Compreensibilidade.

47. (CONSULPLAN/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2017) A Resolução CFC n. 1.374/2011 apresenta, entre outros, os conceitos das características qualitativas da informação contábil-financeira útil; uma destas características é a relevância. Sobre esta característica, a Resolução afirma que uma informação, para ser relevante, deve ter valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. De acordo com a Resolução CFC n. 1.374/2011, a informação contábil-financeira tem valor preditivo se:

- a) Somente for uma predição ou uma projeção.
- b) For confirmada pela informação confirmatória.
- c) Retroalimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).
- d) Puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.



48. (COMPERVE - UFRN/Contador Legislativo/CM Currais Novos/2017) Para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) apresenta os principais elementos dessas demonstrações. Nos benefícios econômicos, durante o período contábil, os aumentos e os decréscimos são denominados, respectivamente, de
- a) ativos e passivos.
 - b) superávit e déficit.
 - c) receitas e despesas.
 - d) lucro e prejuízo.
49. (COMPERVE - UFRN/Contador Legislativo/CM Currais Novos/2017) As características qualitativas são atributos que tornam as informações contábeis úteis para os seus usuários, viabilizando o cumprimento dos objetivos da informação contábil. As demonstrações contábeis devem apresentar informações que correspondam às necessidades do usuário e que sejam compatíveis com sua base do conhecimento. Essa característica das demonstrações contábeis é denominada
- a) verificabilidade.
 - b) relevância.
 - c) tempestividade.
 - d) compreensibilidade.
50. (VUNESP/Contador/CM Cotia/2017) Segundo a estrutura conceitual contábil, as características qualitativas de melhoria da informação contábil-financeira útil são:
- a) relevância, representação fidedigna, veracidade e tempestividade.
 - b) conversibilidade, comparabilidade, concordância e uniformidade.
 - c) publicidade, equidade, acuracidade e fidedignidade.
 - d) comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.
 - e) equidade, comparabilidade, veracidade e materialidade.
51. (COMPERVE-UFRN/Analista/Contabilidade/MPE-RN/2017) O Pronunciamento Conceitual Básico, que define a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, tem apenas uma premissa subjacente, a partir da qual são emanadas todas as normas contábeis aplicadas no Brasil. Essa premissa é a da
- a) continuidade.
 - b) competência.
 - c) oportunidade.
 - d) materialidade.
52. (COMPERVE-UFRN/Analista/Contabilidade/MPE-RN/2017) Analise a tirinha reproduzida a seguir:





Constata-se que a tirinha apresenta uma crítica à compreensibilidade, a qual, na atual Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, é classificada como uma

- a) característica qualitativa de melhoria da informação contábil-financeira.
- b) característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira.
- c) convenção contábil.
- d) propriedade contábil.

53. (UFG/Técnico/Contabilidade/2017) Quando a informação for omitida ou oferecida de maneira distorcida e essa informação puder influenciar decisões que os usuários tomam com base nas informações contábeis, trata-se da característica qualitativa fundamental da

- a) Representação fidedigna.
- b) Relevância.
- c) Comparabilidade.
- d) Compreensibilidade.

54. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2017.2) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Considerando-se essa afirmativa, julgue os itens relativos aos ativos, passivos e ao patrimônio líquido como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

I. Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

II. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

III. Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, V, V.



d) V, F, F.

55. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2017.2) A NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, ao dispor sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, estabelece que, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

Com relação a essas características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

I. A informação contábil-financeira relevante é apenas aquela cujo montante monetário é elevado.

II. Informação contábil-financeira relevante apresenta valor preditivo, confirmatório ou ambos.

III. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos: ser completa, neutra e livre de erro.

A sequência CORRETA é:

a) F, V, V.

b) F, F, V.

c) V, F, F.

d) V, V, F.

56. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2017.2) De acordo com o que define a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, em relação às características qualitativas de melhoria das informações contábeis, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Comparabilidade permite que os diferentes usuários das informações contábeis identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

b) A Verificabilidade indica que a entidade deve fornecer informações exclusivas aos diferentes usuários da informação contábil, de acordo com os seus interesses.

c) Compreensibilidade consiste em classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão tornando-a compreensível.

d) Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

57. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.2) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, no que se refere à inclusão na definição de Ativo, analise as condições apresentadas nos itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Recurso com característica tangível.

II. Recurso controlado pela entidade.

III. Recurso de propriedade da entidade.

IV. Recurso do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros para a entidade.

V. Recurso resultante de eventos passados.



De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, são condições necessárias para o reconhecimento do Ativo os requisitos apresentados apenas nos itens:

- a) I e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, IV e V.
- d) III e V.

58. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.2) De acordo com a definição de Ativo, constante na NBC TG Estrutura Conceitual, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Um bem do imobilizado que não tenha mais condição de ser usado e nenhum interesse do mercado por sua aquisição, sob qualquer forma, deve ser mantido no Ativo até que seja descartado fisicamente.

II. Bens sob arrendamento financeiro não devem ser reconhecidos nas demonstrações do arrendatário, mas nas demonstrações do arrendador, devido ao fato de não haver ocorrido a transferência legal do bem, sendo facultado ao arrendatário apenas o seu uso e, não, a possibilidade de vendê-lo até que se obtenha a propriedade.

III. A alteração no uso de um ativo pode provocar alteração na sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Esse fato, todavia, não deve ensejar revisão de seu valor recuperável, uma vez que não lhe foi provocado nenhum dano, e os ativos são mensurados com base no custo histórico.

IV. Considerando-se que um dos principais recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros são os conhecimentos das pessoas e ainda que, atualmente, há possibilidade de se reconhecerem ativos intangíveis. Se uma determinada empresa tiver desenvolvido uma equipe com forte capacidade de sinergia com o mercado, que lhe permita gerar diferencial competitivo, deve reconhecer esse item em seu ativo, já que é resultado de eventos passados.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, F.
- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, V, V.

59. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as características qualitativas são atributos que tornam as demonstrações contábil-financeiras úteis para seus usuários. Assinale a opção que apresenta as Características Qualitativas de Melhoria.

- a) comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.
- b) compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.
- c) relevância, materialidade, comparabilidade e compreensibilidade.
- d) tempestividade, confiabilidade, relevância e comparabilidade.

60. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que apresenta o tratamento contábil CORRETO à situação descrita.



a) Uma Sociedade Comercial efetuou um pedido de fornecimento de mercadorias ao fornecedor, adiantando 20% do valor. As mercadorias serão fabricadas e entregues pelo fornecedor no mês seguinte. Tendo em vista que existe a intenção de adquirir as mercadorias, 100% do pedido foi registrado como Estoque de Mercadorias.

b) Uma sociedade empresária realizou gastos iniciais com um projeto de pesquisa para desenvolver um novo produto. Como não há uma expectativa provável de que o produto é viável e será produzido, o gasto foi registrado como despesa.

c) Uma Sociedade Empresária recebeu um terreno como doação da prefeitura. O valor de mercado do terreno é de R\$ 1.000.000,00 e satisfaz à definição de Ativo. Como não foi feito nenhum pagamento, o terreno não foi reconhecido como Ativo.

d) Uma Sociedade Industrial realizou, na qualidade de arrendatária, um contrato de arrendamento mercantil financeiro de uma máquina, para uso na produção. Como a nota fiscal de compra da máquina foi emitida em nome do banco arrecadador, a indústria não reconheceu a máquina em seu ativo.

61. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, com relação às características qualitativas da informação contábil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A informação necessita, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

II. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas, que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação, deve ser usada para retratar um fenômeno.

III. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade, no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, e é importante que tais custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação.

A sequência CORRETA é:

a) F, V, F.

b) V, F, V.

c) F, F, F.

d) V, V, V.

62. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2014.1) Considerando o que dispõe a NBC TG Estrutura Conceitual, a respeito das características qualitativas da informação contábil-financeira útil, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Para que a informação contábil-financeira seja útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.

II. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.



III. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

IV. Comparabilidade é o mesmo que uniformidade e consistência.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F, V.
- b) F, F, V, V.
- c) V, V, F, F.
- d) V, V, V, F.

63. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2014.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, quando os gastos incorridos não proporcionarem a expectativa provável de geração de benefícios econômicos para a entidade além do período contábil corrente, o item será reconhecido como:

- a) Ativo.
- b) Despesa.
- c) Intangível.
- d) Passivo.

64. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2013.2) Com base na Resolução NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, julgue os itens sobre Manutenção de Capital como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de manutenção de capital físico, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F.

65. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2013.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, é condição necessária à caracterização de uma informação como relevante:

- a) apresentar dados inéditos, não antecipados por outras fontes.
- b) privilegiar a essência sobre a forma, sem, no entanto, descuidar da característica qualitativa da prudência.



- c) ser capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
- d) ser efetivamente utilizada por todos os usuários.

66. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2013.1) De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, as características qualitativas se subdividem em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. NÃO é considerada característica qualitativa de melhoria:

- a) Comparabilidade.
- b) Compreensibilidade.
- c) Conservadorismo.
- d) Tempestividade.

67. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2012.2) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ter as seguintes características qualitativas fundamentais:

- a) comparabilidade e valor justo.
- b) relevância e representação fidedigna.
- c) tempestividade e materialidade.
- d) verificabilidade e objetividade.

68. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) De acordo com a NBC TG – Estrutura Conceitual, são consideradas características qualitativas da informação contábil:

- a) Representação Fidedigna, Conservadorismo e Relevância.
- b) Relevância, Compreensibilidade, e Prudência.
- c) Consistência, Prudência e Compreensibilidade.
- d) Compreensibilidade, Representação Fidedigna e Relevância.

69. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2012.1) Conforme a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, para que um recurso controlado por uma entidade atenda ao conceito de Ativo, é característica essencial a:

- a) entrega ou promessa futura de entrega de caixa ou outros ativos financeiros para a aquisição.
- b) existência de documento que comprove o direito de propriedade da entidade.
- c) existência de substância física, material e corpórea, avaliada com base em documentação hábil.
- d) expectativa de geração de benefícios econômicos futuros para a entidade.

70. (VUNESP/Contador/Câmara de Itatiba-SP/2015) De acordo com a estrutura básica da contabilidade, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil identificam os tipos de informação que, muito provavelmente, são reputados como os mais úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores existentes ou em potencial, no que diz respeito à tomada de decisões acerca da entidade a que se reportam, com base nas informações contidas em seus relatórios contábil-financeiros.

Nesse sentido, a característica mais importante da informação disponível aos usuários das demonstrações contábeis para suas tomadas de decisões, uma vez que, em geral, a informação mais ultrapassada é a que tem menos utilidade, é a



- a) Prudência.
- b) Oportunidade.
- c) Tempestividade.
- d) Compreensibilidade.
- e) Comparabilidade.

71. (VUNESP/Câmara Municipal de São Carlos-SP/2013) A respeito dos conceitos contábeis, especificamente quanto ao relatório contábil e suas informações qualitativas, ao se deparar com a preparação das demonstrações contábeis de uma entidade, o contador deverá levar em consideração vários fatores qualitativos de forma que o leitor dessas demonstrações tenha condição de fazer uma leitura crítica quanto ao comportamento de valores apresentados, tendências do segmento, entre outras informações contábeis e financeiras importantes. Nesse caso, há uma característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, esta não está relacionada com um único item, ou seja, para a leitura se necessita de dois itens. Portanto, considerando essas afirmativas, o contador deverá ter uma atenção para a

- a) tempestividade de informações.
- b) comparabilidade de informações.
- c) compreensibilidade de informações.
- d) verificabilidade de informações.
- e) materialidade das informações.

72. (VUNESP/Câmara Municipal de São Carlos-SP/2013) As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade e irá manter-se em operação por tempo indeterminado. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Nesse pressuposto, considera-se conceito de ativo como

- a) a característica essencial para a existência de passivo ou que a entidade tenha uma obrigação presente.
- b) a capacidade de geração de despesas e receitas, objetivando geral valor agregado ao patrimônio da entidade.
- c) o benefício econômico futuro incorporado e o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade.
- d) a contrapartida do passivo e fomentador de receita, além de contribuir para os bens e direitos de uma entidade.
- e) bens de natureza operacional, que são utilizados para a manutenção do equilíbrio patrimonial de uma entidade.

73. (VUNESP/Auditor Pleno/SPTRANS/2012) As características qualitativas da informação contábil-financeira útil, segundo o CPC que divulga a estrutura conceitual da informação contábil, devem ser aplicadas à informação contábil-financeira fornecida pelas demonstrações contábeis, assim como à informação contábil-financeira fornecida por outros meios. Nesse contexto, pode-se mencionar que as características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade, bem como podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam



consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno, são:

- a) tempestividade, proatividade, uniformidade e entendimento.
- b) proatividade, materialidade, uniformidade e conformidade.
- c) comparabilidade, flexibilidade, tempestividade e uniformidade.
- d) intempestividade, materialidade, compreensibilidade e entendimento.
- e) comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

74. (VUNESP/Analista de Gestão/Contábil/SPTRANS/2012) De acordo com estrutura conceitual básica da contabilidade e os preceitos das características qualitativas, se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for

- a) comparável, verificável, tempestiva e realizável.
- b) comparável, notável, tempestiva e realizável.
- c) comparável, verificável, tempestiva e compreensível.
- d) confrontável, notável, intempestiva e compreensível.
- e) confrontável, notável, tempestiva e compreensível.

75. (VUNESP/Analista de Gestão/Contábil/SPTRANS/2012) Quanto características qualitativas fundamentais da contabilidade, o valor preditivo e o valor confirmatório da informação contábil-financeira estão inter-relacionados. A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor confirmatório. Por exemplo, a informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode ser utilizada como base para prever receitas para anos futuros, também pode ser comparada com previsões de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos anteriores.

Os resultados dessas comparações

- a) auxiliam os usuários a melhorarem os processos utilizados para fazer tais previsões em projeções orçamentárias.
- b) podem auxiliar os usuários a corrigirem e a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais previsões.
- c) corrigem e melhoram os processos que foram utilizados pra fazer tais previsões.
- d) geram informações para melhoria de processos a serem utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.
- e) contribuem com informações para melhoria de processos a serem utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

76. (VUNESP/Contador Judiciário/TJM-SP/2011) De acordo com a estrutura conceitual básica da contabilidade, instituída pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e corroborada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que foi determinada após o advento da Lei n. 11.638/07, bem como com a decisão pela convergência da Contabilidade brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo "IASB", pode-se afirmar que as principais características qualitativas das demonstrações contábeis são

- a) tempestividade, representação gráfica, custo x benefício e materialidade.



- b) qualidade, tempestividade, prudência, competência e confiabilidade.
- c) entidade, oportunidade, custo x benefício e compatibilidade.
- d) significância, prudência, competência, compreensibilidade e essência.
- e) compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

77. (CESGRANRIO/Profissional Júnior/Liquigás/2014) A Estrutura Conceitual trata das características qualitativas da informação contábil-financeira útil, dividindo-as em características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria. Nesse contexto, uma das características qualitativas fundamentais, defendida pelo Pronunciamento, é a da

- a) comparabilidade
- b) compreensibilidade
- c) tempestividade
- d) verificabilidade
- e) representação fidedigna

78. (CESGRANRIO/ Profissional Básico/Contabilidade/BNDES/2013/Adaptada) A Estrutura Conceitual tem dentre as suas finalidades a de

- a) auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes.
- b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas.
- c) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais.
- d) determinar políticas tributárias.
- e) elaborar e usar estatísticas da renda nacional.

79. (CESGRANRIO/Contador Júnior/Petrobras/2011) Nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, essas demonstrações retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, agrupando-os em classes de acordo com as suas características econômicas, sendo essas classes chamadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira são APENAS os seguintes:

- a) ativo e passivo
- b) ativo, receitas e despesas
- c) ativo, passivo, receitas e despesas
- d) ativo, passivo e patrimônio líquido
- e) passivo e patrimônio líquido

80. (CESGRANRIO/Contador Júnior/Transpetro/2011) O Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, afirma que as demonstrações contábeis preparadas sob a orientação desse pronunciamento objetivam fornecer informações que sejam úteis. Tais demonstrações contábeis são úteis porque

- a) permitem avaliar as variações patrimoniais, econômicas e financeiras ocorridas no exercício social.



- b) fornecem informações para a tomada de decisão e a avaliação por parte dos usuários em geral.
- c) facilitam a determinação de políticas públicas.
- d) ajudam a desregulamentar as atividades das entidades.
- e) determinam a contenção de investimentos para a aplicação em mercado futuro.



GABARITO



GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	E	C	B	E	B	B	D	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	D	B	A	C	E	C	C	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	D	A	E	E	C	E	C	E
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	E	E	E	E	C	E	C	C	DISCURSIVA
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	D	D	C	D	C	D	C	D	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	A	B	C	A	B	C	A	A	B
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
D	D	B	D	C	C	B	D	D	C
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	C	E	C	B	E	E	A	D	B



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.